

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Manuela Ferreira Leite e o Grupo Parlamentar



- O papel da Oposição é fiscalizar o Governo
- Propostas do PSD no momento certo: quando o Partido se apresentar aos eleitores

Agosto e o “Povo Livre”

Como é estatutário, o “Povo Livre” não se publica no mês de Agosto, pelo que o último número desta série é o do dia 30 de Julho de 2008, retomando-se a publicação na 1ª quarta-feira de Setembro, dia 3.

Chamamos especialmente a atenção das estruturas do PSD para a obrigatória publicação de convocatórias eleitorais e respectivos prazos

Destaques

· Manuela Ferreira Leite considera “totalmente desadequadas” as políticas de juventude em Portugal

Em: “34º Aniversário da JSD”, pag. 2

· O Governo está esgotado, não tem ideias, só sabe governar em prosperidade e fica desorientado na crise

Em “Actividades da Presidente”, pag. 3

· Conselho Nacional define estrutura para autárquicas e suspende alterações a regulamento interno

Em “Actividades do PSD”, pag. 5

· Programa Eleitoral do PSD/Açores

Em anexo

34º Aniversário da JSD

Manuela Ferreira Leite considera “totalmente desadequadas” as políticas de juventude em Portugal

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, considerou hoje, na Figueira da Foz, “totalmente desadequadas” as políticas de juventude em Portugal, manifestando-se contra a “política assistencial” de ajudas e subsídios aos jovens.

“Há uma política errada no que respeita à juventude. Não pode ser uma política assistencial, de ajudas, subsídios e patrocínios que começa na família e acaba no Estado”, disse Ferreira Leite durante a comemoração do 34º aniversário da JSD.

“Tem de ser uma política de apoio ao empreendedorismo dos jovens, de apoio à sua iniciativa privada”, defendeu.

A política das ajudas “é aquilo que resolve no momento mas não o vosso futuro”, disse, dirigindo-se a várias centenas de jovens social-democratas.

Segundo a presidente do PSD, uma das causas que suscita “maior preocupação” em Portugal diz respeito à chamada “juventude adulta”, frisando que os jovens “não conseguem adquirir a sua autonomia na fase em que a deviam adquirir, em termos profissionais, de estudo e face a família”.

A “grande ajuda” aos mais novos não começa na adolescência, mas “na base, no momento em que se entra para a escola”, frisou Manuela Ferreira Leite, criticando um sistema educativo “pouco rigoroso” e um ensino “pouco exigente”.

A líder do PSD começou o discurso manifestando a intenção de não falar do Governo, por ser “impróprio” falar de “coisas tristes” em dia de aniversário da JSD.

As críticas a José Sócrates e ao governo socialista ficaram entregues ao presidente da JSD, Pedro Rodrigues, que acusou o primeiro-ministro de possuir “um problema patológico com a verdade” e de ser um “malabarista da comunicação”.

Pedro Rodrigues criticou igualmente a Juventude Socialista, a quem acusou de ser “o PS dos pequeninos”, que “vai sempre atrás do que diz o chefe”.

O líder dos jovens social-democratas lembrou ainda o fundador do PSD e Primeiro-Ministro, Sá Carneiro, afirmando: “Se não tivesse sido assassinado, hoje estaríamos aqui a festejar o seu 74º aniversário”. –

Fonte e fotos, Lusa



Manuela Ferreira Leite reuniu-se com o Grupo Parlamentar

- O papel da Oposição é fiscalizar o Governo
- «Talvez o Governo não tenha qualquer ideia de realizar o que promete!»

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, e o líder do grupo parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, defenderam no dia 16, que o PS já reconhece o seu partido e teme, como alternativa - e por isso ataca o Grupo Parlamentar e a líder social-democrata, de forma permanente.

“Neste momento, as portuguesas e os portugueses estão de olhos postos no PSD, eles sabem que o PSD foi chamado a assumir as suas responsabilidades históricas”, declarou Paulo Rangel, durante o jantar de fim de época parlamentar, do grupo social-

democrata, na Assembleia da República.

“Se nós sabemos isso pela nossa experiência, não precisávamos dessa experiência porque o nosso adversário político já nos reconheceu como o seu grande opositor. Isso significa que até mesmo o PS reconhece que o PSD é a alternativa que os portugueses têm”, acrescentou Rangel.

Por seu lado, Manuela Ferreira Leite, subscreveu a ideia do líder parlamentar do PSD: “Nós vemos como o PS neste momento anuncia que estão a cerrar fileiras, vemos como estão permanentemente a criticar-nos – o que do nosso ponto de vista só pode considerar-se um elogio – e a preocupação permanente, neste momento diária”.

“Os ministros desdobram-se em entrevistas, todos os dias há uma entrevista de um ministro, todos os dias há um apontamento sobre qualquer aspecto que o PSD levantou”, referiu.

“De há uns tempos a esta parte, nós claramente marcamos a agenda política. Aquilo que neste momento se discute no País são os temas que o PSD trouxe para a discussão. Estão a olhar para nós”, defendeu.

Por outro lado, Manuela Ferreira Leite comentou o último boletim do Banco de Portugal, considerando que os dados mostram “um panorama bastante escuro” e assinalando que “a perspectiva para 2009 é piorar”.

A ex-ministra das Finanças questionou “como é que, em meados de 2008, se diz que vai piorar em 2009”.

“Não há medidas até lá? Não há nada susceptível de ser feito para melhorar esta situação? Já lançaram os braços abaixo, já acham que 2009 é pior que 2008?”, perguntou.

“Parece-me um Governo que lançou os braços abaixo, que está esgotado, que não tem ideias e sabe muito bem governar em situação de grande prosperidade e fica absolutamente desorientado quando se entra numa situação de crise”, concluiu, aplaudida pelos deputados do PSD.

Tanto Manuela Ferreira Leite como Paulo Rangel assinalaram que se aproxima um ano “muito exigente” dada a concentração de actos eleitorais.

“Portugal pede que estejamos aqui com cem por cento das nossas energias concentradas para formarmos uma alternativa para o País. Este jantar marca o arranque para um período de descanso que seja retemperador de forças”, disse Paulo Rangel aos deputados do PSD.

Sobre o ano político que passou, Manuela Ferreira Leite sustentou que “a verdade é que impossível não concluir que o grupo parlamentar fez um trabalho excepcionalmente bom”.

O papel da Oposição

A presidente do PSD defendeu que o papel da oposição não é apresentar alternativas às opções do Governo mas sim fiscalizar a acção governativa.

Manuela Ferreira Leite disse estar consciente de que a sua posição “não é fácil de entender por todos” e argumentou que, com menos mediatismo do PSD, o destaque dos



jornais vai para as “asneiras que o Governo está a fazer”.

“Há uma enorme tendência para se achar que o papel da oposição é apresentar alternativas ao que o Governo faz.

“Não é.

“O papel da oposição é de fiscalização da acção do Governo”, afirmou a presidente do PSD, acrescentando: “É aí que está a nossa grande força e é aí que começa a estar a grande fraqueza do PS. O PS estava habituado a que a agenda política fosse marcada pela crítica que a comunicação social e as outras forças políticas fazem das nossas propostas”, acrescentou.

Manuela Ferreira Leite argumentou em seguida que não interessa ao PSD que o “tema da discussão” sejam as suas propostas.

Em vez de ter nas primeiras páginas dos jornais a análise das suas propostas, convém ao PSD que estas se dediquem à “análise das asneiras que o Governo está a fazer”, reforçou, recebendo aplausos.

“A oposição não está a provocar nenhum problema aos portugueses e é nessa posição que nós temos que nos manter, firmes, sem cairmos na tentação de apresentarmos aquilo ou de falarmos daqueles assuntos que o Governo quer de que se fale”, prosseguiu.

“Eu sei que esta posição não é fácil de entender por todos. Estamos muito habituados a ter uma agenda talvez mais mediática, mais com o objectivo de ser fonte de notícias, mas eu

sinceramente considero que nós devemos estar muito cientes de que essa política provavelmente neste momento não é a correcta porque o Governo está numa encruzilhada”, concluiu a presidente do PSD.

Propostas do PSD no momento certo: quando o Partido se apresentar aos eleitores

Manuela Ferreira Leite, que falou cerca de quinze minutos, remeteu a apresentação de propostas do PSD para o momento em que o partido se apresentar perante os eleitores.

“Havemos de as apresentar com certeza mas não no momento em que não temos responsabilidade de governar”, afirmou.

Disse ainda não saber se os investimentos anunciados pelo Governo são bons ou maus, insistindo em ser informada sobre essas decisões, e questionou se o Executivo tenciona cumprir tudo o que anuncia.

Manuela Ferreira Leite referia-se aos “grandes investimentos, que têm sido um assunto polémico, da ordem do dia”.

“Ninguém tem dúvida que esse tipo de decisões tem repercussões violentíssimas nas próximas décadas. São boas ou são más? Eu confesso que não sei. Se alguém souber, agradeço que diga”, declarou a presidente do PSD. “Ninguém sabe e, como ninguém sabe, neste ponto o Governo pode insinuar tudo o que entender mas vai ter que nos fornecer essas informações.

Então sim, nós poderemos responsabilmente dar uma opinião”, acrescentou.

“Não nos podemos solidarizar com iniciativas que têm repercussões no futuro sem que previamente elas nos sejam explicadas”, argumentou.

Talvez “...o Governo não tenha nenhuma ideia de

Manuela Ferreira Leite encontrou-se na passada quinta-feira, em Bruxelas, com o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso.

Neste encontro, que serviu para apresentar cumprimentos, a Presidente do PSD fez-se acompanhar pelos membros da Comissão de Relações Internacionais, José Luís Arnaut e Mário David.



executar o que está a anunciar”

Em seguida, Manuela Ferreira Leite admitiu a possibilidade de “o Governo não ter nenhuma ideia de executar o que está a anunciar”.

“Não é de excluir a hipótese”, considerou.

“Foi lá aos baús, retirou tudo o que era pedido dos diferentes distritos, resolveu anunciá-los sem ter a mínima ideia de os cumprir. Só assim se compreende que, em todo o caso, de um dia para o outro, tenham surgido projectos que nunca mais acabam”, sustentou.

Segundo Manuela Ferreira Leite, o Governo está “muito habituado a governar na base do anúncio” e “a isso o PSD vai ter que pôr um travão”.

Ainda sobre os investimentos anunciados pelo Governo, a presidente do PSD salientou que se, obtidas “as explicações” sobre os custos de cada investimento, o seu partido apoiará “as decisões boas para o País” e opor-se-á às que forem “más para o País”.

Insistindo no acesso à informação sobre as decisões governamentais, Ferreira Leite afirmou que o PSD pretende “ser Governo dentro de pouco tempo” e terá de “dar continuidade a certas políticas” do actual executivo, mas para isso tem de ser agora envolvido e co-responsabilizado.

“Vamos todos manter-nos firmes na oposição, defendendo que há um ponto essencial no estatuto da oposição. Quem não conhece o estatuto da oposição, nomeadamente o Governo, devia estudá-lo para não o violar”, observou. – Fonte: Lusa; fotos Luís Saraiva

Manuela Ferreira Leite encontrou-se com o Presidente da Comissão Europeia e com os Deputados europeus

Após este encontro, Manuela Ferreira Leite, reuniu com os Deputados europeus do PSD. – Gab. Imp. GPPSD UE

A Presidente do PSD apresentou cumprimentos ao Governo e ao P. M.

Na residência oficial do Primeiro-Ministro, em São Bento, num encontro que durou pouco mais de uma hora, a presidente do PSD, apresentou cumprimentos ao Governo e ao PM, em nome da sua nova direcção, tendo-se feito acompanhar pelo secretário-geral do partido, Marques Guedes, e pelo seu vice-presidente Paulo Mota Pinto.

No final da reunião, a líder social-democrata não se dirigiu à sala em que se encontravam os jornalistas tendo feito chegar à Imprensa a informação de que não iria prestar declarações.

Desde que foi eleita presidente do PSD, esta foi a segunda vez que Manuela Ferreira Leite esteve reunida com José Sócrates.

Na primeira vez, a 17 de Junho, numa altura em que ainda não tinha direcção constituída, Ferreira Leite encontrou-se com o primeiro-ministro para analisar a agenda do último Conselho Europeu da presidência eslovena da União Europeia.

Nessa ocasião, a líder social-democrata manifestou o seu apoio à opção do Governo no sentido de defender que os processos de ratificação ao Tratado de Lisboa deveriam continuar nos diversos Estados-membros, apesar do resultado negativo verificado no referendo na Irlanda.

– Fontes: Lusa, DN, TSF, SIC-Notícias; Fotos, Luís Saraiva





Actividades do PSD

II Conselho Nacional de 2008, na sexta-feira, 18 de Julho

O Conselho Nacional do Partido Social-Democrata reuniu na sexta-feira, dia 18 21h00, em Lisboa, no auditório da Sede Nacional, sendo a ordem de trabalhos a seguinte:

1. Análise da situação política;
2. Autárquicas 2009;
3. Regulamentos internos;
4. Aprovação do Relatório e Contas/2007.

Dos trabalhos, emergiu a nova estrutura autárquica do PSD, que tem como coordenador o vice-presidente social-democrata Manuel Castro Almeida e é composta também pelo actual secretário-geral, Luís Marques Guedes, e pelos ex-secretários-gerais do partido Miguel Macedo e José Luís Arnaut. A composição da nova estrutura autárquica foi anunciada pela Comissão Política do PSD, ainda durante a reunião.

Segundo essas informações, a direcção do PSD vai convidar todos os actuais presidentes de câmara sociais-democratas que o possam fazer, a recandidatar-se nas eleições autárquicas de 2009, segundo anunciou o vice-presidente e coordenador autárquico do partido, Manuel Castro Almeida.

Castro Almeida adiantou que o objectivo do PSD nas autárquicas de 2009 é conquistar a maioria das câmaras, juntas de freguesia e mandatos autárquicos e disse que a direcção do partido não tem ainda uma posição sobre o calendário eleitoral.

Em conferência de imprensa, Castro Almeida afirmou que a direcção social-democrata apresentou aos conselheiros nacionais as “orientações gerais que vão nortear” o processo de preparação das eleições autárquicas.

“Uma primeira regra é convidar os actuais presidentes de câmara a recandidatar-se, desde que o desejem, às próximas eleições”, anunciou.

De acordo com Castro Almeida, todos os candidatos do PSD às autárquicas deverão estar escolhidos “tendencialmente no final de Março de 2009”.

“Nós vamos apresentar-nos por regra com listas próprias”, acrescentou o coordenador autárquico do PSD, ressaltando que poderão haver coligações “desde que propostas pelas estruturas locais”.

“Iremos apreciar caso a caso as propostas de coligação que surjam das estruturas locais”, completou o vice-presidente do PSD, sublinhando que “o processo de decisão vai seguir todas as regras que estão previstas nos estatutos do partido”.

Castro Almeida definiu o objectivo da direcção do PSD nas autárquicas: “O nosso objectivo claramente é ganhar as eleições. Para nós ganhar as eleições passa por ter a maioria das câmaras municipais e com isso ganhar a presidência



da Associação Nacional de Municípios, ter a maioria das juntas de freguesia e dessa forma ter a presidência Associação Nacional de Juntas de Freguesia, e também ganhar a maioria dos mandatos autárquicos”.

Questionado sobre se é também uma meta do PSD ganhar a câmara de Lisboa, o dirigente social-democrata considerou que “a vitória pode ser maior ou menor” e que “ganhar a câmara de Lisboa acrescenta à dimensão da vitória”.

Interrogado sobre se o PSD concorda que as autárquicas sejam depois das legislativas, como defende o PS, Castro Almeida respondeu: “Infelizmente não é o PSD a ditar o calendário. Não temos ainda uma posição definitiva e fechada sobre essa matéria. Vamos ponderar sobre o assunto e tomar uma posição para anunciarmos quando a questão se suscitar porque ainda não se suscitou”.

Ainda sobre as listas do PSD, Castro Almeida assinalou que “nas próximas eleições autárquicas quase 100 presidentes de câmara do PSD vão apresentar-se pela última vez às eleições”, devido à limitação de mandatos, e referiu que por isso as escolhas de 2009 serão feitas “a pensar também nas eleições de 2013”.

As escolhas terão em conta a renovação e também “a lei da paridade que entretanto foi aprovada”, disse.

Declarações do Secretário-Geral: suspensa a reforma dos regulamentos internos até ao fim do calendário eleitoral

Por outro lado, a Comissão Política e o Conselho Nacional do PSD decidiram suspender a reforma dos regulamentos internos promovida pela anterior direcção de Luís Filipe Menezes até depois das eleições de 2009, anunciou o secretário-geral do partido.

“Foi aprovada pela Comissão Política Nacional e depois pelo Conselho Nacional, por uma larguíssima maioria, a suspensão das alterações que tinham sido aprovadas em Março passado”, anunciou Luís Marques Guedes, na sede nacional do PSD, em Lisboa.

Em declarações aos jornalistas, no final da reunião do Conselho Nacional do PSD, o secretário-geral do PSD revelou que “foi também aprovada a orientação política de não voltar ao debate interno sobre a matéria dos regulamentos antes de terminar o calendário eleitoral” de 2009.

“Após esse período eleitoral, o partido fará uma reflexão. Foi feita a proposta que considero bastante positiva de, após esse período eleitoral, haver primeiro um debate interno sobre a matéria regulamentar para depois se decidir se há ou não lugar a qualquer proposta de alteração”, adiantou.

“Recolheu um consenso muito alargado dos conselheiros a ideia de que há que estabilizar o funcionamento interno do partido” porque se aproximam “actos eleitorais muito importantes para o PSD e para o país e todas as energias devem estar concentradas nisso”, disse Marques Guedes.





Em causa está a reforma dos regulamentos de quotas, financeiro, eleitoral, de militantes e das estruturas de emigração promovida pela anterior direcção do PSD liderada por Luís Filipe Menezes.

Apesar de controversa, essa reforma foi aprovada no início de Março pela maioria dos conselheiros nacionais.

António Borges comenta o Boletim de Verão do B.P. «Um sentimento de desalento em Portugal!» «Não podemos continuar a gastar desabridamente como até aqui»

O PSD considerou hoje que os números do Boletim Económico de Verão do Banco de Portugal reflectem um esgotamento do modelo económico assente em «mega investimentos» não produtivos e defendeu que se aposte nas empresas.

Em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, em Lisboa, o vice-presidente do partido António Borges declarou que “apesar de tudo é muito importante manter a serenidade na actual situação” e afastou um cenário de inflação permanente.

“Antes de mais, estes números reflectem o esgotamento de um certo modelo de política económica, de uma certa estratégia que tem sido seguida nos últimos anos e que realmente não chegou nunca a dar quaisquer resultados satisfatórios”, considerou.

De acordo com António Borges, os problemas do país “não são de ordem conjuntural, nem da conjuntura portuguesa nem da conjuntura internacional, são mais de ordem estrutural”.

Interrogado sobre qual é para o PSD a raiz do erro da política económica, António Borges respondeu que “o problema central da política económica é que o país tem feito investimentos gigantescos ao longo dos últimos anos em projectos que verdadeiramente não são produtivos”.

“Toda a canalização de recursos tem-se orientado para sectores que estão relativamente protegidos, que não favorecem nem defendem a competitividade do país em relação ao estrangeiro, enquanto a generalidade das empresas que estão expostas a essa concorrência são de facto asfixiadas. Enquanto se persistir nessa política não há qualquer esperança de o crescimento da economia acelerar”, acrescentou.

António Borges adiantou que o PSD defende “que toda a atenção deveria ser dada à competitividade das empresas, à sua situação e à sua robustez económica e financeira, especialmente às pequenas e médias empresas”.

Questionado sobre a forma como o Estado pode tornar as pequenas e médias empresas mais competitivas, o dirigente social-democrata disse: “Há muitíssimos programas concretos que se podem pôr em prática, o PSD evidentemente vai apresentar uma série de propostas nesse sentido na altura certa, mas há aqui de facto uma diferença de prioridade muito grande”.

Os números do endividamento externo, são “assustadores”

“A verdade é que continuamos com um desempenho muito abaixo do que é comum no resto da Europa, a divergir em relação aos nossos parceiros e cada vez mais vulneráveis aos problemas que vão surgindo, de toda a ordem, em todo o lado, agora até mesmo na nossa vizinha Espanha”, referiu.

Disse ainda que o Boletim Económico de Verão do Banco de Portugal confirma e acentua um sentimento de desalento no país e considerou que as medidas adoptadas pelo Governo não resolvem os problemas.

António Borges destacou os números do endividamento externo, que considerou assustadores, e afirmou: “Não podemos por isso continuar a gastar desabridamente como até aqui”.

Instado a divulgar a posição da direcção do PSD em relação a medidas adoptadas pelo Governo como o aumento das deduções das despesas de habitação em sede de IRS e a aplicação de uma taxa de 25 por cento sobre as reservas das empresas petrolíferas, António Borges desvalorizou a questão.

“Nós não estamos muito interessados em gastar muito tempo com essa matéria. Em nossa opinião os problemas do país não se resolvem com medidas pontuais, tomadas para em certa medida consolar as pessoas. Os problemas do país são estruturais, que implicam uma mudança profunda do modelo. Estamos

a trabalhar para apresentar as nossas propostas. Aquilo que o Governo tem feito é muito limitado, muito pontual”, respondeu.

Sobre os números divulgados pelo Banco de Portugal, o vice-presidente do PSD considerou que vêm “confirmar ou acentuar o sentimento de desalento, de desânimo que perpassa pela nossa economia e também um sentimento de injustiça que começa a vir ao de cima”.

“Ficamos muito preocupados com a paragem do investimento empresarial, que mostra que a maioria das empresas continua a atravessar dificuldades muito profundas. E estamos verdadeiramente assustados com o endividamento externo, que está agora nas previsões do Banco de Portugal acima dos dez por cento do PIB por ano, com uma perspectiva de agravamento em 2009”, declarou.

António Borges sublinhou que “nunca Portugal teve um endividamento tão alto todos os anos como está a ter” e disse que “a dívida externa, que se aproxima de cem por cento do PIB, traduz-se num peso fortíssimo sobre a economia que implicará uma transferência para o estrangeiro de uma parte cada vez maior daquilo que os portugueses produzem todos os anos”.

“Não podemos por isso continuar a gastar desabridamente como até aqui. Todo o capital que pedimos emprestado terá de ser pago”, acrescentou.

Por outro lado, o vice-presidente do PSD assinalou “com satisfação que o Banco de Portugal prevê a continuação da travagem do consumo público, o que



é positivo, e o facto de as exportações, embora menos bem, continuarem a crescer”.

Tiroteio na Quinta da Fonte discutido na Assembleia da República

Os incidentes na Quinta da Fonte, em Loures, foram hoje discutidos na Assembleia da República, num debate em que o PSD acusou o Governo de contribuir para pôr “em causa a autoridade do Estado”.

Numa declaração política, o deputado do PSD Fernando Negrão acusou o executivo socialista de desvalorizar acontecimentos como as tentativas ou agressões de juízes em tribunais, em Junho, que qualificou de “fissuras no Estado de Direito”, ou os confrontos com armas de fogo ocorridos sexta-feira na Quinta da Fonte, em Loures.

“Encarando-os como se fossem acontecimentos normais”, afirmou Negrão, que concluiu: “Esta atitude facilita a saída para as ruas de verdadeiros bandos armados que, de armas em punho, desafiam e põem em causa a autoridade do Estado”.

Para o PSD, este é um momento em que “é preciso falar de segurança” e caracterizado por um “desinvestimento na área e falta de intervenção no terreno”.

Mais uma vez, Negrão criticou a Lei de Segurança Interna por criar a “figura de um todo-poderoso secretário-geral, qual terceiro ministério na área da segurança”, e a Lei de Organização da Investigação Criminal, que considera abrir a porta à governamentalização.

No debate que se seguiu, o PS, através do deputado Ricardo Rodrigues, acusou o PSD de ter-se juntado ao CDS-PP num “discurso demagógico” e “securitário” e recusou a ideia de que o país viva em insegurança.

“O PS condena todos os actos violentos, mas não quer um país securitário como quer o CDS e, segundo parece, o PSD”, disse.

Para Nuno Magalhães, do CDS-PP, os incidentes na Quinta da Fonte – em que grupos armados se defrontaram com armas de fogo – “não são um caso isolado” e questionou a não utilização da vídeo vigilância, apesar de a lei já ter sido aprovada.

Pela parte do PCP, o deputado António Filipe considerou que os acontecimentos de Loures são prova do fracasso da política de segurança deste Governo e também das suas políticas sociais, insistindo nas acusações de “governamentalização” da Lei de Organização da Investigação Criminal.

Helena Pinto, do Bloco de Esquerda (BE), alertou para o fenómeno das armas ilegais, algo que levou Fernando Negrão a dizer que “as armas ilegais pululam no país sem controlo”. – Lusa. Fotos Luís Saraiva

Duarte Freitas considera medidas de emergência da UE para a Pesca insuficientes e pede pressão por parte do Governo.



A Comissão Europeia propôs recentemente um Regulamento com o propósito de instituir uma acção específica destinada a promover a reestruturação das frotas de pesca da União Europeia afectadas pela crise energética mundial.

Duarte Freitas, Deputado efectivo da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, considera que “o sector das pescas constitui uma componente essencial da vida económica de muitas regiões costeiras da União Europeia, contribuindo de forma específica para a segurança e saúde alimentar” lembrando contudo que o sector “está preso num ciclo vicioso de baixa rendibilidade económica”.

Duarte Freitas considera que “apesar dos esforços envidados desde a última reforma da PCP em 2002, a fragilidade estrutural do sector mantém-se, tendo o aumento drástico dos preços dos combustíveis contribuído para uma agudização do problema.”

Instado a comentar a proposta legislativa da UE, que hoje debatida em Conselho de Ministros, o Deputado Social-democrata mostra-se “desapontado” com o teor da mesma.

Duarte Freitas explicou que “esta proposta legislativa vem no seguimento de uma Comunicação da Comissão Europeia” que, segundo o próprio, “faz uma correcta avaliação dos actuais constrangimentos e dificuldades por que passa o sector da pesca comunitário”. Contudo, Duarte Freitas considera que “a proposta legislativa é insuficiente em vários pontos fundamentais, e funciona como um presente envenenado noutros”.

“Apoiar uma cessação temporária da frota, exigindo que os armadores se sujeitem a um plano de reestruturação da mesma, não me parece sensato, assim como também não me parece razoável promover o apoio à eficiência energética sem

se contemplar, clara e inequivocamente, a substituição de motores nesse mesmo pacote de medidas”, (artigos 6º e 7º da Proposta de Regulamento) argumenta Duarte Freitas.

Por outro lado, considera que “algumas medidas são discriminatórias relativamente ao segmento da pequena pesca costeira, que, em Portugal representa cerca de 80% da frota nacional. Refiro-me, por exemplo, aos programas de adaptação das frotas que limita a sua elegibilidade às frotas cujos custos energéticos (combustíveis) representem, em média, 30% dos custos de produção, com base no volume de negócios de 2007.” A este respeito, Duarte Freitas considera que “nem a percentagem nem o ano de referência permitem uma correcta abordagem ao problema. 2008 foi o ano em que os preços dos combustíveis mais subiram e, como tal, os dados encontram-se subestimados.”

Duarte Freitas, espera que na reunião de hoje de Conselho de Ministros, Portugal defenda os interesses da pesca nacional e discuta alguns pontos que, nesta proposta, “não estão devidamente salvaguardados”.





Domingo, Chão da Lagoa, Festa da Liberdade

Alberto João Jardim (*)

Domingo, muitos de nós encontrar-nos-emos no Chão da Lagoa.

Não se trata do cumprimento de uma mera Tradição: é um renovar. É uma reafirmação.

Renovar dos nossos propósitos autonomistas; reafirmar a força dos nossos Direitos como Povo.

E em Festa.

Porque a Alegria é um dom de Deus, que sempre aguentou e motivou o Povo Madeirense, mesmo nos maus momentos em que barbáries diversas, na História ou contemporâneas, pisaram os nossos Direitos inalienáveis.

Porque a Alegria faz parte da nossa maneira de ser.

Por isso, merece respeito.

Em Democracia, é preciso saber afirmar os nossos Direitos de Povo Madeirense. As Liberdades de Expressão e de Reunião que o Chão da Lagoa consubstancia, são absolutamente necessárias para segurarmos o que conquistámos.

Bem como para irmos mais longe.

Tão longe, quanto num mundo civilizado e democrático seja reconhecido a um Povo livre.

E a Liberdade não se impõe. Vive-se.

Respeita-se.

Por isso, ninguém vai ao Chão da Lagoa por obrigação. Vai porque quer. Vai porque não tem o complexo, nem o preconceito social, de estar preocupado com o que outros possam dizer.

Outros que não nos respeitam. Que tentaram sabotar, mas falharam, todos os passos que esta Autonomia Política, nascida do 25 de Abril, vem dando, à cadência certa e planeada.

E é ver, com orgulho, tantos e tantos, de todas as condições sociais, às dezenas de milhar, ali, sem medo de se afirmar.

Que grande atitude cívica!

Que elevação democrática!

Foi esta capacidade de se afirmar sem medo, foi esta elevação de carácter, que deu ao Povo Madeirense a força de, com a Autonomia Política que soube conquistar, dobrar a página de quinhentos anos de colonialismo e começar um ciclo histórico novo e diferente.

Hoje, é impensável desligar o sucesso que foram estes últimos trinta anos, sem a força autonomista

anualmente reafirmada no Chão da Lagoa.

Força que não é deste ou daquele político.

É do Povo!

Um Povo que sabe se tratar de uma manifestação cívica indispensável para a defesa dos seus Direitos legitimamente adquiridos.

Um Povo que vai ao Chão da Lagoa, porque está certo de, assim, estar a acautelar o que até agora já conquistou.

Está certo de que novos problemas, ou problemas ainda não resolvidos, nunca serão ultrapassados se não demonstrarmos força democrática.

Quanto todos devemos aos que vão ao Chão da Lagoa!

Não vamos lá, contra seja quem for.

Vamos por nós.

Por aquilo em que acreditamos e que não temos medo de afirmar.

Com a noção inteligente de quanto é necessária a presença de todos e de cada um.

Há sol? Bendito seja, pelo clima que temos.

O terreno é de terra? Foi esta que

nos fez, onde os nossos antepassados regressaram, onde repousaremos a contemplar, com a ajuda de Deus, o sucesso que as futuras gerações saberão continuar e frutificar ainda mais e melhor.

Juventude que, na sua irreverência legítima e saudável, sobe a este alto das montanhas, recebendo e exercendo o testemunho da continuação de mais conquistas ao nosso alcance.

Chão da Lagoa onde todos são Jovens na Alegria que expressam, incluso os entrados na Idade da Sabedoria.

Irmanados, aos milhares, na consagração da Autonomia e na Fé quanto ao futuro.

Festa da Autonomia, mas também Festa da Vontade.

Que grandeza, um Povo ter Vontade!

Quão enorme é, um Povo saber o que quer!

Que enrouqueçam as gargantas nos vivas à Liberdade!

- (*) *Presidente da CPR da Madeira, Presidente do Governo Regional*



Da “Tanga” ao “fio dental”

Vasco Graça Moura (*)

Quando Cavaco Silva, antes de ser Presidente da República, fazia algum comentário sobre a situação do País, o PS estremeceia de alto a baixo. Pelos vistos, os socialistas já atribuem a Manuela Ferreira Leite um semelhante poder de lhes abalar as políticas. Desde que ela exprimiu algumas prudentes reservas em matéria de obras públicas, há comentários da banda da maioria que oscilam entre a má-fé mais arresvada e o começo do pânico a invadir turvamente as almas.

Manuela ter-se-ia atrevido a pôr em questão a bondade dos investimentos públicos, os TGV, as novas auto-estradas, o aeroporto, essas coisas infra-estruturantes e essenciais... Com isso, estaria a comprometer o desenvolvimento do País, o emprego, a recuperação económica, a iniciativa privada e não sei que mais.

Na verdade, Manuela limitou-se a sustentar que o País está sem um tostão e devem ser examinadas as condições em que tais projectos venham a ser lançados. Tanto bastou para que as harpias da governação viessem dizer que ela se contradiz, uma vez que, além de ter sido solidária com o Governo Durão Barroso de que fez parte, deveria “ipso facto” conhecer os estudos e as condições respeitantes a tais iniciativas.

Toda a gente percebe que, se o Governo tenciona lançar esses projectos sem qualquer revisão quanto às condições de há quatro anos e sem os reavaliar e reenfocar face à actual conjuntura nacional e internacional, o caso é muito mais grave do que poderia supor-se. E, se for assim, é de esperar que, mesmo antes de Manuela ganhar as próximas legislativas, o Presidente da República exerça o seu avisado magistério de modo a convencer discretamente José Sócrates a fazer os trabalhos de casa.

Mas agora Manuela aproveitou a sua coluna no Expresso para dar resposta àquela exaltada gente e esclareceu, com simplicidade e clareza, que “se, num investimento público, o Estado assumir todo o risco, o interesse dos privados por esse investimento não resulta da perspectiva da rentabilidade do projecto, mas da garantia de se tratar de uma iniciativa de que nunca resultarão prejuízos”. E acrescenta que, enquanto os contribuintes de hoje e de amanhã garantirem, com os impostos que pagam, o pagamento dos prejuízos, “vão continuar a proliferar os investimentos públicos, mesmo que ruinosos para o futuro do País”.

Isto é claro como água e equivale a uma interpelação ao Governo, convidando-o a explicar se, nos projectos em questão e quanto a cada um deles, é o Estado que vai assumir os riscos, no todo ou em parte e, nesta segunda hipótese, em que percentagem. Sem essa resposta, não ficará completa a análise da relação entre custos e benefícios.

Do mesmo passo, o Governo terá de demonstrar que os projectos em questão não são ruinosos para o País, nem hipotecam as gerações futuras, questão que há dias mereceu também judiciosas considerações à SEDES e, mais recentemente, a João Cravinho e José Manuel Fernandes (cfr. o editorial do segundo, no Público de 12.7.08).

Ora a questão é deveras incómoda para um Governo que não sabe analisar as coisas com rigor e se habituou a sustentar-se numa máquina de propaganda que escamoteia por via de regra as principais dificuldades e objecções. Com um ano de eleições à porta, contava poder encher a boca com alguns megainvestimentos, benzer-se com a invocação trapalhona da iniciativa privada e atirar mais poeira aos olhos dos cidadãos. Nessa mesma perspectiva eleitoralista, veja-se o nenhum rigor com que têm sido tratadas as questões relativas ao QREN, cujo atraso vem sendo denunciado desde há mais de um ano pelo meu colega Silva Peneda.

Na verdade, tudo o que o Governo sabe fazer, para além de invocar a conjuntura internacional, é pretextar o mau estado em que recebeu as coisas dos Governos do PSD. É uma desculpa esfarrapada: em 2002, o PSD herdou um país “de tanga”, como dizia Durão Barroso da desastrosa governação PS. Essa situação foi entretanto agravada por mais do mesmo, isto é, pelos sucessivos falhanços da governação socialista a partir de 2005.

No próximo ano, quando Manuela ganhar as eleições e formar Governo, o problema principal será o de a tanga ter ficado grotescamente transformada em fio dental.

– (*) *Escritor, Euro-Deputado pelo PSD. C/ vênua ao DN*



Notícias de Aveiro

“Festa da Ria 2008” em grande no fim-de-semana

A Ria de Aveiro esteve “em grande” no fim-de-semana, visto que a “Festa da Ria” contemplava no seu programa várias actividades que se vão realizar nos canais da Ria. Assim, nos dias 19 e 20 de Julho ocorreu pela segunda vez, o Triatlo de Aveiro nos canais e ruas de Aveiro. As partidas e chegadas foram junto ao Cais da Fonte Nova.

A Grande Regata dos Moliceiros contou com a participação de 25 embarcações tradicionais que saíram da Torreira pelas 15.00 horas de Sábado, e a chegada foi registada uma hora depois. A meta estava instalada na zona da antiga lota, na Rua do Sal (Ecomuseu Marinha da Troncalhada). O Raid Catamarãs “Ria de Aveiro” – Etapa Circuito Nacional saiu da Torreira pelas 16.00 horas, com a chegada às 17.00 horas, igualmente na Rua do Sal, e participaram 16 barcos de todo o país. Durante a chegada das duas competições houve animação de rua. No Domingo, o Raid Catamarãs regressou à Torreira pelas 14.00 horas.

No dia 20 teve início o Concurso de Painéis dos Barcos Moliceiros que estavam atracados no Canal Central. Às 11.00 horas, os canais urbanos da Ria de Aveiro receberam a tradicional corrida de bateiras. A entrega dos prémios da Regata dos Moliceiros e do Concurso de Painéis dos Barcos Moliceiros decorreu a partir das 14.00 horas. Durante o resto da tarde houve animação de rua pelo grupo “Farrabanda” e um espectáculo pelo Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas Cidade de Aveiro e “Les Gastadours” de Lamballe, França, no Rossio.

Regulamentos Urbanístico Municipal e de Taxas e outras Receitas.

Foi aprovação no dia 14 de Julho, em Reunião Pública de Câmara, com cinco votos a favor e quatro abstenções, o Projecto de Regulamento Urbanístico Municipal e do Projecto de Regulamento Municipal de Taxas e outras Receitas.

Os dois projectos de Regulamento irão agilizar e simplificar os processos, prestando um melhor serviço à população em diversas áreas: urbanística; ocupação de espaço público; cemitérios; publicidade; entre outros. Ambos os documentos seguem para publicação em Diário da República para posterior período de discussão pública.

O Projecto de Regulamento



Urbanístico Municipal apresentado e aprovado visa substituir o actual Regulamento de Taxas, Licenças e Autorizações Urbanísticas que vigora há já oito anos no Município de Aveiro e cuja aplicação vinha denotando a necessidade de se proceder à resolução de alguns erros, lacunas e omissões. O Vereador Carlos Santos destaca, de todas as novidades na aplicação de taxas urbanísticas, “a descida dos valores das taxas em cerca de 20 por cento, como medida de incentivo à dinamização económica do concelho, bem como à atracção e fixação de população residente”.

De salientar que, recentemente, foi publicada uma Lei que modificou profundamente o RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação que impôs a revisão do regulamento municipal de Aveiro, bem como a elaboração de um novo que apresenta várias alterações e aditamentos.

Na elaboração deste projecto de Regulamento foram tidas em conta algumas linhas de orientação, tais como, a resolução de erros, lacunas e omissões, a introdução/criação de taxas que o RJUE já remetia para o regulamento municipal, mas que até aqui ainda não haviam sido alvo de taxação; adaptação ao novo quadro normativo por efeitos de entrada em vigor de nova legislação (RJUE); decréscimo generalizado dos valores das taxas, em cerca de 20 por cento, como medida de incentivo à dinamização económica do concelho e à atracção e fixação de população residente; definição de regras

urbanísticas sobre matérias previstas no RJUE; simplificação do cálculo das taxas para que seja possível fazer a sua auto-liquidação; revogação do regulamento de construção urbana, através da inclusão/adaptação de um conjunto de regras (por exemplo números de polícia, execução de obras); inclusão de regras urbanísticas essenciais em falta (por exemplo, alinhamentos); alteração da organização do regulamento, passando a ser em tabela; e tipificação de contra-ordenações e correspondente regime sancionário em falta (por exemplo ocupação espaço público).

O documento apresenta ainda outras novidades: a simplificação das matérias o que facilita a sua leitura; a previsão das taxas e fórmulas são apresentadas em tabela e foram incluídas contra-ordenações; foram introduzidas regras urbanísticas e de construção de acordo com as novas Leis aprovadas; simplificação do cálculo das taxas de forma a permitir a sua auto-liquidação e a previsão de taxas urbanísticas no mesmo diploma, englobando as previstas no regime jurídico de urbanização e edificação e as previstas noutros diplomas.

A elaboração do Projecto de Regulamento Municipal de Taxas e outras Receitas, igualmente aprovado ontem, é baseada na Lei das Taxas das Autarquias Locais, Lei das Finanças Locais, Lei Geral Tributária e Código de Procedimento e de Processo Tributário. O referido projecto, com o qual se pretende criar um quadro único, é assente na simplificação de

procedimentos, com melhoria de funcionamento interno dos Serviços Municipais, o que se traduzirá numa melhoria do serviço público prestado, com salvaguarda dos princípios da legalidade, prossecução do interesse público, igualdade, imparcialidade, capacidade contributiva e justiça social.

Segundo o Vereador Gonçalo Caetano Alves, o principal pressuposto do regulamento baseia-se na “reorganização do articulado do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços não Urbanísticos do Município de Aveiro e profundas alterações à tabela em vigor (simplificação, organização estrutura e eliminação)”. Também a “adaptação aos novos regulamentos municipais e adaptação às novas Leis das Finanças Locais e Lei das Taxas das Autarquias Locais (fundamentação económico-financeira e criação de quadro único de aplicação transversal a todos os Regulamentos Municipais” são dois dos objectivos do documento.

De referir que as taxas definidas referem-se a vários itens: prestação de serviços administrativos; cemitérios; publicidade, propaganda e ocupação de espaço público; utilização de instalações públicas, desportivas, de lazer, recreio e cultura; espaços nos mercados, feiras e venda ambulante; utilização de serviços, equipamentos ou bens moveis municipais; taxas de bloqueamento, remoção e depósito de veículos; ruído e licenciamento ou autorização de actividades diversas.

Numa primeira parte, o

regulamento estabelece um conjunto de disposições respeitantes às bases de incidência objectiva e subjectiva, isenções e reduções, liquidação, cobrança, meios de pagamento (incluindo o pagamento em prestações), consequências do incumprimento e garantias. Numa segunda parte são previstas regras de procedimento relativamente a algumas matérias específicas, para as quais não se justifica a criação de regulamentação autónoma, mas cujos aspectos particulares se torna ainda mais necessário concretizar.

Finalmente, agregam-se numa tabela única as concretas previsões das taxas e demais receitas, com os respectivos valores associados e métodos de cálculo aplicáveis, diferenciadas por matérias, com excepção das taxas em matéria urbanística, previstas no respectivo Regulamento Urbanístico Municipal. A criação das taxas respeitou o princípio da prossecução do interesse público local e, para além da satisfação das necessidades financeiras, pretende-se a promoção de finalidades sociais, económicas, culturais e ambientais, razão pela qual foram criados mecanismos de incentivo a determinados actos, operações ou actividades, cujo resultado se traduz numa diminuição dos valores relativamente aos custos associados.

Educação Ambiental na freguesia de São Jacinto

A Câmara Municipal de Aveiro levou a efeito várias actividades de Educação Ambiental na freguesia de São Jacinto, de 16 de Julho a 14 de Setembro

No âmbito da Campanha Bandeira Azul 2008 e promovidas pela Autarquia com o apoio da Associação Portuguesa de Cancro Cutâneo, Associação Portuguesa de Educação Ambiental – ASPEA, Junta de Freguesia de São Jacinto, Projecto RIA, Associação Desportiva e Cultural e os Escuteiros Marítimos, as quatro actividades: Campanha de Verão 2008 – Prevenção de Cancro Cutâneo “Verão Sem Escaldão”; Ateliers



Ecológicos; “Pastilhas elásticas e beatas... no chão não, utilize o pastilhão e o cinzão” e “Mar com Letras” vão decorrer às Quartas-feiras, das 14.30 às 17.00 horas, na Avenida da Marginal e Domingos, das 10.00 às 12.00 horas, na Praia.

Neste sentido, a Campanha de Sensibilização “Verão Sem Escaldão, decorre em Julho, nos dias 16, 23 e 30 (das 14.30 às 17.00 horas, na Avenida da Marginal), em Agosto, nos dias 6, 13 (das 14.30 às 17.00 horas, na Avenida da Marginal), 21 (das 9.30 às 12.00 horas, na praia) e 27 (das 14.30 às 17.00 horas, na praia).

Com a realização dos Ateliers Ecológicos pretende-se sensibilizar a população de São Jacinto e os seus visitantes para as questões ambientais através da realização de diversos trabalhos com materiais reutilizáveis. De salientar que terão uma vertente educativa visto que se quer promover uma reflexão sobre a problemática do ambiente e dos recursos naturais, alertando para a necessidade de se reutilizar tudo o que é susceptível de ser aproveitado.

Se em Julho, os Ateliers decorrerão nos dias 16, 20, 23, 27 e 30, em Agosto serão nos dias 3, 6, 10 e 13, nos horários e locais anteriormente referidos. Dos vários Ateliers a realizar destacam-se os seguintes:

“Biodiversidade: Aves da Ria” (construção de chapéus); “Resíduos e Companhia: Tetra-Pack e Pet” (elaboração de porta-moedas e guardajóias);

“Cadeias Alimentares Marinhas” (técnica de móveis); “A Arte do Lixo” (desenhos criativos com recurso a diversos materiais reutilizáveis) e “Colares e peças infantis” (reutilização de jornais e revistas).

A iniciativa “Pastilhas elásticas e beatas... no chão não, utilize o pastilhão e o cinzão” destina-se a crianças, jovens, adultos e veraneantes e consiste na construção recipientes de recolha de pastilhas elásticas e de cinzeiros ecológicos, de utilização gratuita, que poderão ser utilizados em toda a área de S. Jacinto.

Os referidos cinzeiros, assim como os recipientes destinados à recolha das pastilhas elásticas, estarão disponíveis em suportes de madeira que se encontrarão à entrada e à saída de S. Jacinto, por via marítima, junto ao cais da lancha, para que todos os interessados os possam utilizar.

Pretende-se ainda com este projecto, desenvolver uma componente de sensibilização junto da comunidade local e dos veraneantes para a adopção de comportamentos e atitudes que preservem o meio ambiente. As actividades irão decorrer às Quartas-feiras, das 14.30 às 17.00 horas, na Avenida da Marginal e aos Domingos, das 10.00 às 12.00 horas, na praia.

Em Julho, os ateliers decorrerão nos dias: 16, 20 e 30; no mês seguinte, as actividades desenvolvem-se a 03, 06 e 13 e, para encerrar a época balnear, a iniciativa realizar-se-á nos dias 03 e 14 de Setembro.

«Mar com Letras»

“Mar com Letras” consiste na dinamização da leitura através de ateliers e do fundo bibliográfico da carrinha itinerante da Biblioteca Municipal de Aveiro. É intenção da Autarquia potenciar hábitos de leitura, promovendo a leitura e difusão do livro e sensibilizar os participantes, através histórias, para a problemática do meio ambiente. A actividade que se destina a crianças dos 6 aos 11 anos de idade,

irá decorrer às Quartas-feiras (23, 30 Julho, e 13 Agosto), das 14.30 às 17.00 horas, na Avenida da Marginal e aos Domingos (20, 27 Julho, 3 e 10 de Agosto), das 10.00 às 12.00 horas, na Praia. As histórias desenvolvidas serão “O Dia em que a mata ardeu” de José Fanha e “Valéria e a vida” de Sidónio Muralha.

“II Triatlo de Aveiro” no fim-de-semana passado

A Câmara Municipal de Aveiro apresentou no dia 14 de Julho, em Conferência de Imprensa o “II Triatlo de Aveiro” que se realizou no passado fim-de-semana,

dias 19 e 20 de Julho, com partidas e chegadas junto ao Cais da Fonte Nova.

Organizado pela Câmara Municipal de Aveiro, com o apoio técnico da Federação de Triatlo de Portugal, o “II Triatlo de Aveiro” é composto por três provas: o Triatlo Jovem, o Triatlo Super-Sprint e Triatlo Olímpico (Taça de Portugal e os primeiros Campeonatos Regionais Norte de Clubes e Individual na história do Triatlo Nacional), estando previsto participar, no total das competições, cerca de 600 atletas. Estas provas são pontuáveis para o Circuito Nacional Jovem, a Taça de Portugal e serão Campeonatos Regionais Norte de Clubes e Individual.

No dia 19 de Julho realizou-se o Circuito Nacional Jovem – Triatlo Jovem para crianças e jovens dos 7 aos 14 anos. No dia seguinte, a saída do Triatlo Super-Sprint fez-se a partir das 9.00 horas, que consiste numa prova de promoção com distâncias bastante acessíveis que permitiram aos mais jovens, com mais de 14 anos de idade e atletas estreantes uma experiência única em Aveiro. Segue-se o Triatlo Olímpico (Taça de Portugal; Campeonatos Regionais Norte de Clubes e Individual para atletas com mais de 16 anos), pelas 10.30 horas. Esta prova, de distância olímpica, contou para a Taça de Portugal e também se constituiu como o primeiro Campeonato Regional do Norte, trazendo a Aveiro perto de 200 atletas oriundos de todo o país. Todas as saídas e chegadas foram junto ao Cais da Fonte Nova.

Na prova do Triatlo Jovem, a classificação foi ordenada por escalões etários/sexo e por equipas (soma dos pontos de todos os elementos da equipa). No que diz respeito ao Triatlo Super-Sprint as classificações foram distribuídas por uma Geral Absoluta / sexo; por escalões etários/sexo; por equipas masculinas e femininas (soma dos três melhores tempos) e por estafetas. Na prova do Triatlo Olímpico houve classificação geral absoluta/sexo; por escalões etários/sexo e por equipas masculinas e femininas (soma dos três melhores tempos). Os prémios pecuniários ascendem ao total de 3.000 euros para os melhores atletas da Taça de Portugal. – C. M. Aveiro





Notícias de Braga

Vereadores do PSD pedem “Classificação da Casa das Goladas”

Os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Braga submetem à próxima reunião do Executivo Municipal, que terá lugar amanhã Quinta-feira, dia 24 de Julho, propostas para, em primeiro lugar, que a Autarquia instrua o processo de classificação da Casa das Goladas, sita na Freguesia de S. Victor, como “Imóvel de Interesse Municipal”.

Em segundo, pretende-se prolongar o prazo de consulta dos cidadãos e autarquias locais, no processo de revisão do PDM - Plano Director Municipal até ao próximo dia 30 de Setembro, visando criar condições para reforçar em geral os níveis de participação, bem assim como potenciar um superior envolvimento dos cidadãos imigrados que agora regressarão de férias ao nosso País.

Casa das Goladas

Considerando que:

i) a Câmara Municipal de Braga assume como objectivo estratégico o desenvolvimento de iniciativas que conduzam à preservação, valorização e divulgação do património edificado do Concelho;

ii) na prossecução de tal objectivo deve a Autarquia socorrer-se dos mecanismos legais que lhe são facultados pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – a Lei de Bases do Património -, com vista a conferir maior perenidade às suas iniciativas de protecção de exemplares do património cultural local de valor genericamente reconhecido;

iii) sem prejuízo de outras classificações que venham a ser adquiridas por decisão das instâncias legalmente competentes, pode a Câmara Municipal de Braga proceder à classificação de imóveis como de “Interesse Municipal”, sempre que os mesmos; representem um valor cultural de significado predominante para o Concelho;

Considerando ainda que:

iv) a Casa das Goladas, sita na Rua D. Pedro V, Freguesia de S. Victor, Braga, e propriedade da D. Maria Adelaide Cunha Reis, possui um relevante valor histórico e patrimonial, estando o seu próprio nome intimamente ligado à proximidade do local mítico da degolação do mártir S. Victor que “baptiza” esta Freguesia do Centro Urbano do Concelho;

v) a Casa das Goladas, cuja origem remonta a 1860, se assume como um importante repositório da típica casa burguesa do século XIX bracarense, que junta o exotismo da representação de outras paragens com a intimidade romântica familiar, sendo assim susceptível de representar o ambiente quotidiano e doméstico dessa época, num certo sentido (tal como os Biscainhos representam as mesmas referências para o século anterior - o XVIII);

vi) a Casa das Goladas possui um significativo valor arquitectónico e decorativo, com especial ênfase para as ornamentações dos tectos das várias divisões, em que se incluem diversos vitrais, pinturas à mão e uma extraordinária clarabóia integrada num tecto incrivelmente decorado na zona de acesso à escadaria principal;

vii) o valor patrimonial deste imóvel tem sido alvo de inúmeras referências das Associações locais de preservação do património, como sejam a ASPA e a JovemCoop, bem assim como, da própria Junta de Freguesia de S. Victor;

viii) a classificação deste imóvel pode contribuir efectivamente para estimular a identificação de soluções que assegurem a salvaguarda do seu valor arquitectónico e para o desencadear de iniciativas concomitantes de aproveitamento, divulgação e apoio à fruição pública do mesmo;

submete-se à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 24 de Julho de 2008, a seguinte proposta:

Que, nos termos legais, a Câmara Municipal de Braga, instrua um processo de classificação da Casa das Goladas como Imóvel de Interesse



Municipal. - Os Vereadores, Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo e Américo Afonso

Dilatação de prazo de consulta

Considerando que:

i) em reunião do Executivo Municipal de 15 de Maio de 2008, deliberou-se proceder à revisão do Plano Director Municipal de Braga, tendo sido fixado o prazo de elaboração pelo período de 18 meses (DR, 2ª série, Edital n.º 592/2008, de 16 de Junho).

ii) nos termos do Edital n.º 206/2008, foi tornada pública a promoção da participação dos interessados, para a formulação de sugestões, bem como para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração, que, cumprindo o prazo mínimo legal, deverão ser remetidas ao Presidente da Câmara, no período compreendido entre o dia 16 de Junho e o dia 29 de Julho de 2008;

iii) a Câmara Municipal de Braga não promoveu, no período posterior à deliberação de 15 de Maio último, qualquer sessão pública que pudesse contribuir para fomentar a referida participação e melhor esclarecer os cidadãos potencialmente interessados em formular contributos para a revisão em curso;

iv) de igual forma, a Autarquia adoptou uma postura minimalista na divulgação deste processo pelas Juntas de Freguesia, não acautelando fórmulas de maior clarificação das exigências burocráticas e formais envolvidas e de suporte à disseminação de informação por essas Autarquias junto das respectivas populações;

v) o envolvimento crítico da população, o que pressupõe, necessariamente, informação pública sobre o andamento dos trabalhos e opções estratégicas a tomar é um requisito incontornável para o sucesso do processo de revisão em curso deste documento estruturante;

vi) a Autarquia teria vantagem em discutir, com a população e com as várias instituições locais, as abordagens e estratégias possíveis de implementar com vista ao desenvolvimento do território nas diversas vertentes, fazendo destes, momentos privilegiados de participação pública no processo de revisão, nos quais os interessados poderão dar o seu contributo na definição da estratégia municipal para o desenvolvimento e afirmação do Concelho;

vii) os signatários defenderam desde o primeiro momento que a Autarquia deveria aproveitar o presente momento para conjugar a revisão do PDM com a actualização do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Concelho;

viii) a data limite para recolha dos contributos dos cidadãos, restringe a participação de muitos Bracarense imigrados que, sendo potenciais interessados no processo de revisão do Plano Director Municipal, não poderão participar de forma tão abrangente quanto desejável no mesmo;

submete-se à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 24 de Julho de 2008, a seguinte proposta:

Que, na defesa dos valores antes referidos, a Câmara Municipal de Braga proceda à prorrogação formal do prazo para a promoção da participação dos cidadãos e, de forma informal, das Juntas de Freguesia (hoje limitadas ao próximo dia 14 de Agosto), até ao próximo dia 30 de Setembro.

- Os Vereadores, Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo e Américo Afonso



77 anos do Museu Conde de Castro Guimarães

O Museu Conde de Castro Guimarães assinalou no sábado, dia 19 de Julho, o seu 77º Aniversário, com um concerto de canto e piano pelas sopranos Elsa Saque, Inês Calazans e o pianista Nuno Vieira de Almeida.

Inaugurado em Julho de 1931, o Museu Condes de Castro Guimarães foi durante muitos anos o único existente no concelho. Obra notável da arquitectura romântica, a casa que alberga o Museu foi mandada edificar pelo aristocrata Jorge O'Neil, no início do século XX. Em 1910, a propriedade foi vendida aos Condes de Castro Guimarães que, em 1927, a deixaram em testamento ao Município de Cascais para que fossem constituídos uma Casa-Museu e Jardim Público.

Na doação foi incluído todo um espólio de grande valor artístico e cultural no qual se destacam um órgão neo-gótico, construído de encomenda para o Conde, e a valiosa Crónica de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão.

Ao assinalar mais um aniversário do Museu Conde de Castro Guimarães, Cascais pretende também evocar a figura do Conde, grande melómano a quem se ficou a dever um dos ex-libris do concelho, inserido hoje num perímetro cultural de excelência onde se incluem o Centro Cultural de Cascais, a Cidadela de Cascais, o Museu do Mar, o Farol-Museu, a Casa de Santa Maria e a futura Casa das Histórias e Desenhos Paula Rego.

No concerto, a realizar nos jardins do Museu, foram interpretadas obras de Fernando Lopes-Graça, Heitor Villa-Lobos, Vianna da Motta, Babi de Oliveira, G. Fauré, Saint-Saens, F. Schubert, G. Puccini, C. Gounod.

“O REGIME ALIMENTAR DOS PESCADORES DE CASCAIS”

Conhecer melhor o quotidiano dos pescadores de Cascais é a proposta apresentada por Joana Marques Macedo e Manuel Lorigo no livro que foi apresentado na passada sexta-feira, no Museu do Mar – Rei D. Carlos, em Cascais. Uma oportunidade para dar a conhecer também aspectos da renovação em curso naquele espaço museológico concelhio.

Fruto de um trabalho de investigação realizado no âmbito do mestrado em História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, o trabalho de Joana Marques Macedo e Manuel Lorigo (2) vem enaltecer a comunidade piscatória cascaense, destacando a sua



contribuição para a história da vila, bem como a importância da pesca no contexto económico local.

O ponto de partida é a história da comunidade piscatória de Cascais, sendo que a obra das Edições Colibri se constitui como uma reflexão sobre os hábitos alimentares, a diversidade regional de influências gastronómicas e o companheirismo existente na altura das refeições no seu seio.

A apresentação terá lugar no Museu do Mar – Rei D. Carlos, equipamento que desde 2007 se encontra em franca renovação. Depois de mudar a face à Sala Octogonal, sala de recepção do museu onde, na esteira dos Campeonatos do Mundo de Vela, se aproveitou para criar uma vitrina por cada tema do museu, bem como um

espaço de alusão à embarcação Clipper Thermopylae (1) e um video-wall dedicado à biodiversidade existente ao largo de Cascais, é altura de apresentar as recentes melhorias introduzidas na Sala da Comunidade Piscatória.

Palco da apresentação da obra dedicada à comunidade que lhe empresta o nome, este espaço apresenta agora novas vitrinas expositivas com informação ao público bilingue (português/inglês) e duas molduras digitais que exibem sucessivamente imagens antigas da comunidade piscatória.

A apresentação do livro esteve a cargo do historiador Fernando Rosas e do Director do Museu Marítimo de Ilhavo, Álvaro Garrido.

Notas:

(1) Clipper Thermopylae – Considerada a embarcação à vela mais veloz do mundo, no seu tempo, na classe que agora chamamos de “Tall Ships”, o Clipper Thermopylae apresentado nesta exposição afundou-se ao largo de Cascais e ao acontecimento assistiu o Rei D. Carlos. Da mostra constam fotografias antigas do mesmo, uma réplica e fragmentos recolhidos em investigação arqueológica realizada nesta zona. Para o final do ano, aguarda-se monografia bilingue dedicada a esta embarcação.

(2) Sobre os autores:

Joana Marques Macedo, nasceu em Lisboa, em 1979. Licenciada em História, encontra-se actualmente a trabalhar numa dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea do século XX, com o título “As Casas dos pescadores e a Política Social do estado Novo (1933-1968). O exemplo da Casa dos Pescadores de Olhão”.

Manuel Caçoa Lorigo, nasceu na Figueira, em 1949. Antigo Tripulante do Navio-Hospital Gil Eanes e do Bacalhoeiro João Álvares Fagundes. Foi membro do Comité Partidário dos Problemas Sociais do Sector da Pesca e Deputado Municipal de Cascais. Actualmente exerce as funções de tesoureiro na Associação de Armadores de Cascais. – Fonte e fotos: Gab. Imp. C. M. Cascais, Luís Bento

Notícias de Santarém

3º Encontro Distrital dos Presidentes de Junta de Freguesia Sociais-Democratas

Na sequência da iniciativa da Comissão Política Distrital do PSD de Santarém, realizou-se no final da segunda semana de Julho, pelas 21 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Tomar, o 3º Encontro Distrital dos Presidentes de Junta de Freguesia Sociais-Democratas, tendo-se acordado tornar públicas as seguintes

CONCLUSÕES FINAIS

1. Manifestar a total disponibilidade das Juntas de Freguesia – na perspectiva do relacionamento com as Câmaras Municipais – para o aprofundamento e o alargamento das transferências de competências, garantindo o «Princípio da Equidade», através da concretização de Protocolos com os suficientes recursos financeiros;

2. Desejar que a actualização de cadastros e de registos matriciais possa permitir que a arrecadação de receitas consignadas às Freguesias, em particular, aquelas que correspondem ao designado IMI rústico, possam tornar mais igualitárias estas práticas, desde logo porque ainda é possível identificar realidades bem distintas e

lesivas – entre muitas Freguesias – na aplicação desta orientação tributária;

3. Instigar o PSD a apostar decisivamente na Formação de Autarcas, particularmente no que respeita às Juntas de Freguesia, de forma a poder proporcionar aos eleitores um conjunto significativo e conjugado de quadros políticos, conhecedores da realidade política local mas também das novas exigências do desempenho político autárquico (sobretudo no acompanhamento da produção de legislação e das regras de contabilidade);

4. Reconhecer que a introdução de alterações à legislação eleitoral – particularmente pelas novas exigências que decorrem da aplicação da regra da limitação de mandatos políticos e da introdução da critérios de paridade na elaboração das listas candidatas aos órgãos autárquicos – implica corresponder a uma nova realidade política e eleitoral;

5. Desejar que a introdução do novo «Cartão do Cidadão» possa tornar mais transparente e mais fiável a determinação dos universos populacionais e de eleitores de cada freguesia, tornando possível a evolução mais fiável nos processos

de estabelecimento da residência e de recenseamento eleitoral;

6. Manifestar a contínua disponibilidades dos autarcas das Juntas e Assembleias de Freguesia, em colaboração com a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), para um debate sereno e esclarecedor, sobre as propostas do Governo (designadamente após a passagem da Administração Local para a esfera política do Primeiro-Ministro), e que apontam para a fusão e extinção de Freguesias em todo o território nacional, fundamentalmente no que se refere aos seus principais critérios e princípios orientadores que não podem – de forma alguma – atentar contra as populações locais;

7. Considerar que neste contexto – da organização administrativa de Portugal – é essencial estimular o associativismo entre Freguesias, bem como avançar decididamente na diferenciação das competências que actualmente estão atribuídas às Juntas de Freguesia, desde logo pelo reconhecimento de que há Freguesias com dimensões diferentes, pela sua dimensão territorial, pelo número de eleitores, pelas características urbanas ou rurais, que se debatem com realidades bem diferentes entre si;

8. Considerar, por isso, de fundamental interesse para as Juntas de Freguesia o aprofundamento do Associativismo de Juntas de Freguesias pela complementaridade dos recursos, pela ampliação da utilização dos meios e pela eficácia desta actuação conjunta em prol das populações locais.

“3º Encontro Distrital dos Presidentes de Junta de Freguesia Sociais-Democratas”

11 de Julho (Sexta-Feira) – Auditório da Biblioteca Municipal, na cidade de Tomar

21h00m: Recepção dos Convidados

21h15m: Sessão de Abertura

- Carlos Carrão, Vice-Presidente da Comissão Política Concelhia PSD

- Vasco Cunha, Presidente da Comissão Distrital do PSD de Santarém

21h30m: “Os obstáculos e os desafios das Juntas de Freguesia: Mudar o paradigma?”

- Armando Vieira, Presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)

22h15m: Debate

23h30m: Sessão de Encerramento

- Corvelo de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Tomar

- Vasco Cunha, Presidente da Comissão Distrital do PSD de Santarém – Ass., Vasco Cunha, Presidente da CPD/PSD – Santarém



Empreendimentos turísticos: PS “chumba” alterações propostas pelo PSD

Na sequência dos pedidos de apreciação parlamentar ao Decreto Lei nº 39/2008, de 7 de Março, relativo ao novo Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos, apresentados pelo PCP e pelo PSD, e após um debate na generalidade em Plenário, o assunto foi agora debatido em sede de especialidade, na Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, e na Subcomissão Parlamentar de Turismo.

Fazendo-se valer da sua maioria absoluta, o Partido Socialista votou contra todas as várias dezenas de propostas de alteração, mesmo aquelas que procuravam colmatar algumas das mais evidentes lacunas e incongruências do citado Decreto-Lei.

O deputado Mendes Bota que havia subscrito 25 propostas de alteração, das quais fez a defesa, fez uma declaração de voto para a acta da reunião da Comissão, cujo conteúdo integral adiante se reproduz:

“O PSD lamenta que o Partido Socialista tenha inviabilizado todas as propostas de alteração ao Decreto-Lei 39/2008, de 7 de Março, relativo ao regime jurídico dos empreendimentos turísticos, apresentadas pelo Partido Social-Democrata.

1- O PSD lamenta que o chamado Alojamento Local não seja considerado parte integrante dos empreendimentos turísticos, apesar de acolher turistas, e não contar para a estatística das camas turísticas dos diferentes municípios;

2- O PSD lamenta que seja consagrada a possibilidade de o número de camas convertíveis suplementares poderem duplicar o número de camas fixas aprovadas, o que tem grandes implicações na carga turística sobre os empreendimentos, subvertendo os índices de ocupação previstos nos instrumentos de ordenamento do território;

3- O PSD lamenta que seja permitido que um resort turístico possa ser atravessado por vias ferroviárias ou caminhos municipais;

4- O PSD lamenta que empreendimentos de grande dimensão possam ser considerados na tipologia de Turismo da Natureza, o que é uma subversão do conceito tradicional deste tipo de oferta em zonas protegidas e de elevada sensibilidade ambiental;

5- O PSD lamenta que se tenha inviabilizado a introdução do factor “localização”, como um dos requisitos para a classificação dos empreendimentos turísticos, preferindo o Governo, e o partido que o sustenta, legislar por Portaria,



em vez de alterar o Decreto-Lei base;

6- O PSD lamenta que o segmento do Turismo Residencial tenha levado um golpe profundo, através da obrigatoriedade de 100% das unidades de alojamento dos empreendimentos turísticos em propriedade plural, serem consignadas à exploração. Isto irá afectar uma parte significativa da procura e dos investidores;

7- Finalmente, é incompreensível que se mantenha a obrigação de concordância de 100% dos proprietários de um empreendimento turístico em propriedade plural, para que o mesmo possa encerrar temporária ou sazonalmente. No futuro, bastará um proprietário opor-se a esse encerramento, e poderá verificar-se a situação de um empreendimento ter que se manter aberto à exploração, mesmo que se verifiquem prejuízos durante

uma certa época do ano.

O PSD apresentou todas as propostas de alteração na convicção de que estaria a contribuir para a melhoria do articulado legislativo em apreço, mas defrontou-se com uma atitude de rejeição generalizada por parte do Partido Socialista, que fez valer o peso da sua maioria parlamentar, independentemente do mérito ou da lógica destas propostas.” – **Deputado Mendes Bota, Presidente da CT Algarve**

José Graça eleito para dirigir PSD/Loulé

Em simultâneo com a eleição dos órgãos distritais do PSD no Algarve decorreu a eleição para a Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção de Loulé do Partido Social Democrata de onde saíram vencedores José Graça e Horácio Piedade respectivamente.

A lista única, à Comissão Política de Secção liderada por José Graça, obteve 156 votos a favor, 2 nulos e 19 brancos.

A nova CPS do PSD/Loulé é assim constituída por:

Presidente: José Graça

Vice-presidentes: Carlos Catarino e Joaquim Guerreiro

Tesoureiro: Paulo Bernardo

Vogais: Américo Mula, Brígida Cavaco, José Costa, Manuel Possolo Viegas, Márcio Rodrigues, Maria de Deus Domingos, Miguel Guerreiro, Ricardo Lampreia.

Suplentes: Sérgio Relvas e João Lopes

Para a Mesa da Assembleia de Secção foram eleitos Horácio Piedade (Presidente), Hélder Apolónia (Vice-presidente) e Rui Domingos (Secretário). Esta lista obteve 165 votos a favor, 1 nulo e 11 em branco.

No momento da vitória, José Graça, que é igualmente vice-presidente da Câmara Municipal de Loulé, agradeceu a confiança que os militantes depositaram na sua pessoa e na lista que lidera e prometeu trabalhar para o intenso ciclo político e eleitoral que se aproxima, definindo como objectivo prioritário a vitória nas eleições autárquicas do próximo ano. O agora presidente do PSD/Loulé mostrou ainda que se irá empenhar na aproximação da direcção do partido aos militantes e que iria apoiar a JSD/Loulé nas suas actividades.

Horácio Piedade, que deixou o cargo de presidente do PSD/Loulé para liderar a Mesa da Assembleia, mostrou-se igualmente satisfeito com o trabalho desenvolvido que classificou como “um trabalho com seriedade e que ficou marcado por uma série de eleições internas a nível nacional e distrital”. No momento em que assumiu novas funções, o também presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião (Loulé) lançou elogios ao novo presidente do PSD/Loulé que descreveu como “o homem certo para liderar o processo autárquico em 2009”. – **CPS/Loulé**



Notícias dos Açores

Costa Neves afirma-se como o rosto de “uma mudança urgente”

O líder do PSD/Açores assumiu um compromisso de mudança para a região, caso o seu partido “vença as eleições de Outubro próximo e forme governo”. Costa Neves falava na apresentação do programa eleitoral do PSD/Açores, uma missiva com o mote “Melhor é Possível, numa cerimónia que decorreu ao final da tarde, em Ponta Delgada.

“Os açorianos, na sua maioria, deixaram de acreditar, estão desiludidos e indiferentes”, disse o candidato social-democrata à presidência do executivo regional, acrescentando que “face à actividade política” muitos dizem ser “tudo igual”, ao que respondeu “não, não é tudo igual. Nem o PSD é igual ao PS, nem eu sou igual ao Carlos César”, definindo assim as diferenças existentes da oferta de soluções que seu partido apresenta aos eleitores.

Numa toada de valores que pretendem “melhorar as condições dos que vivem nos Açores”, Costa Neves declarou-se “personalista, humanista e reformista”, num retrato aberto em que diz acreditar e confiar nas “capacidades das pessoas livres”, pelo que a sua diferente visão de encarar “a relação entre o governo e a sociedade civil” pretende “devolver aos açorianos uma liberdade que está perdida”, referiu.

“As pessoas são, para mim, o cerne da actividade política”, afirmou o candidato a presidente do governo, que recordou os “três eixos” sobre os quais assentam as prioridades social-



democratas para os Açores, nomeadamente “a criação de emprego, a melhoria da qualidade de vida dos açorianos e o combate à desertificação que se verifica em sete das nove ilhas da região”.

Costa Neves prometeu linearmente a criação “de 14 mil postos de trabalho na região” e a “redução do IRS”, como sendo duas vias importantes de “avançar num novo rumo”, pois “é tempo de romper com o passado recente”, disse.

“Quantos mais milhões tem o governo, mais pobres estão as pessoas”, disse Costa Neves, classificando de “paradoxo” uma realidade em que é “urgente travar tanto desperdício”, alertou o social-democrata, que quer combater “as consequências visíveis da pobreza na região e, sobretudo, combater as causas dessa pobreza”.

Promover “a reforma

e a modernização da administração pública” foi outros dos pontos focados, com o líder laranja a querer “libertar de submissões e de subserviências os servidores da região”, naquela que diz ser “uma outra atitude a que corresponde um novo modelo de governação e de desenvolvimento”.

Reatando as explicações sobre o plano integrado que o PSD pretende “para cada uma das nove ilhas dos Açores”, Costa Neves quis deixar claro que “a mudança não comporta risco nenhum”, já que “nestes Açores de agora, é necessário restituir a esperança”. E, “em tempos de novas oportunidades”, basta querer e fazer por isso porque “por nós, faz-se a hora em Outubro”, concluiu o líder do PSD/Açores. – **Gab. Imp. PSD/Açores**

Comissão Europeia aprova financiamento para o transporte marítimo inter-ilhas nos Açores

A Comissão Europeia deu o seu acordo a um regime português de auxílio ao desenvolvimento regional na Região Autónoma dos Açores. O SIDER (Sistema de Incentivos para o

Desenvolvimento Regional dos Açores) incide em quatro domínios de acção: desenvolvimento local, turismo, promoção da qualidade e inovação e projectos estratégicos de desenvolvimento regional. O regime de auxílio abrange o período 2007-2013. O orçamento anual estimado para o sector marítimo não excederá 5 milhões de euros.

Atendendo às condições climáticas e marítimas, às características das instalações portuárias e à frota existente, o transporte marítimo inter-ilhas nos Açores é afectado por custos suplementares comparativamente a outras regiões. Além disso, os Açores são regiões ultraperiféricas e, como tal, são elegíveis para financiamento nos termos do n.º 3, alínea a), do artigo 87.º do Tratado. A região sofre de desvantagens permanentes devido à sua remota localização e às dificuldades de integração no mercado interno.

Tendo em conta a sua contribuição para o desenvolvimento regional e as deficiências que pretende suprir, a Comissão concluiu que o auxílio proposto é compatível com o mercado comum. – **Gab. Imp. UE-Lisboa**



VIDA NOVA COMPETÊNCIA, FORÇA, VONTADE, CORAGEM MELHOR É POSSÍVEL

UM PROJECTO PARA OS AÇORES

“Antes morrer livres que em paz sujeitos”

“Na era da informação, do conhecimento, da globalização, com toda a naturalidade, faço da dimensão humana a grandeza dos Açores.”
(Carlos Costa Neves)

MELHOR É POSSÍVEL

Em Outubro, os Açorianos vão decidir se quem está no governo merece continuar ou se, pelo contrário, é tempo de VIDA NOVA.

É esta a escolha essencial: insistir ou mudar!

Para escolher, tem de se avaliar. A apreciação é feita a dois níveis. O primeiro é de natureza individual. Cada um terá em conta as suas preocupações e anseios. O segundo é de natureza colectiva. Dirige-se ao que a todos diz respeito, predominará uma perspectiva solidária.

Decorreram já quase doze anos desde que o PS ganhou eleições e formou governo. Tempo mais do que suficiente para fazer um balanço sério e objectivo. Tempo mais do que suficiente para que não haja subterfúgios nem desculpas para alijar responsabilidades, mascarar insuficiências, esconder incompetências.

O PSD está sempre a actualizar a sua avaliação. Ilha por ilha, sector a sector.

Nada do que é verdadeiramente decisivo foi atingido. As dificuldades que afectam o desenvolvimento da Região persistem. As empresas não vêem resolvidos os problemas que condicionam a sua produtividade e a sua competitividade. A sociedade civil atrofia.

Os Açorianos perderam a esperança. É necessário mudar de políticas, travar a degradação das condições de vida, os desperdícios de tempo, dinheiro e energia que caracterizam a actual governação. A falta de resultados originou a descrença e instalou o pessimismo. É manifesta a indiferença da sociedade.

Cada dia perdido significa menos uma oportunidade para enfrentar os desafios do presente e preparar a resposta aos do futuro.

Melhor é possível.

Há uma alternativa. Há um outro projecto para os Açores, inspirado noutros Valores, noutra Atitude, noutras Ideias. É tempo de escolher um novo governo.

Com outros Valores, o PSD apresenta um novo “modelo de sociedade”. Com outra Atitude, o PSD opta por um novo “modelo de governação”. Com outras Ideias, o PSD promove um novo “modelo de desenvolvimento”.

Só esta profunda alteração levará à obtenção de resultados, no que realmente importa: a melhoria das condições de vida das pessoas, das famílias.

Por todas as razões, definir o rumo, mudar de políticas, mudar de governo é um verdadeiro imperativo. Para que volte a esperança.

O objectivo eleitoral é claro: VENCER!

OS VALORES

A Democracia pressupõe liberdade. É água corrente, debate de ideias, pessoas com iniciativa, cidadãos que participam na vida da comunidade. É transparência, espaço para a diferença, conhecimento das escolhas possíveis.

A Autonomia é a face visível da vontade colectiva dos Açorianos de se auto governarem. Afirma o direito à diferença de quem vive nos Açores. O patriotismo nada sofre, antes se reforça, quando uma comunidade insular se revê numa expressão típica de portuguesismo que se define como açorianidade.

A Subsidiariedade dá espaço para respirar. O que os cidadãos ou a sociedade civil fazem bem não deve ser intervencionado pelo poder político. O que um determinado patamar da organização do poder político faz bem deve estar excluído das atribuições dos patamares superiores.

É tempo de retornar a uma cultura política assente em princípios e valores, não em oportunismos e conveniências.

O PSD é personalista. É humanista. É reformista.

Em primeiro lugar, uma cultura política que valorize a defesa do primado da pessoa humana e o respeito pelos seus direitos e liberdades fundamentais. Se queremos uma Região mais moderna, desenvolvida e equilibrada, temos de a construir na base da realização pessoal de cada cidadão.

Um segundo aspecto respeita ao valor da verdade na acção política. Um dos factores que mais tem afastado os cidadãos da política reside no desrespeito pelas promessas eleitorais e na manipulação a que o discurso dos políticos progressivamente recorre. Falar verdade aos Açorianos é, antes do mais, uma exigência ética, mas é, igualmente, um contributo indispensável para o sucesso de todo e qualquer projecto político.

Só contando com o apoio dos Açorianos se poderá levar a cabo as mudanças que o futuro exige. E só poderemos contar com esse apoio se existir entre os representantes e os representados uma relação de verdadeira confiança.

Vamos marcar a nossa diferença. Não escondendo, nunca, as dificuldades que existem. Sabendo escutar e respeitar o que os Açorianos pensam. Fazendo o que dizemos. Não gerindo agendas escondidas em que o interesse colectivo seja subordinado ao interesse da perpetuação do poder.

É isso que os Açorianos merecem. É isso que os Açorianos exigem de nós.

Há, ainda, um terceiro aspecto que consideramos decisivo: a defesa de uma cultura política que assente em valores fundamentais como a exigência, o rigor, a responsabilidade, o mérito, o respeito pela autoridade legítima, a justiça social.

Ora, temos de reconhecer que, nos nossos dias, esses valores não são, nem privilegiados, nem defendidos. Porque o Governo, pela sua acção e o seu exemplo, desvaloriza a exigência, não preza o rigor, foge à responsabilidade, desincentiva o mérito, substitui a autoridade legítima por tiques cada vez mais frequentes de autoritarismo e ignora a justiça social.

Onde outros tudo fazem para controlar, subordinar, amordaçar, subjugar, faremos por libertar.

Confiamos na capacidade, na força das pessoas livres. Acreditamos que o que verdadeiramente move o mundo é a energia dos cidadãos. Acreditamos na família, nas empresas, nas organizações livremente geradas pelas pessoas.

O nosso modelo de sociedade assenta, pois, na iniciativa, na criatividade, na energia, na responsabilidade e no mérito dos indivíduos, das famílias, das associações, das empresas.

Os Açorianos serão desafiados, terão espaço, ninguém ficará para trás. Vão sentir que o seu envolvimento, mais do que desejado, é decisivo para a sua própria realização.

As pessoas vão passar a ser a origem e o destino da actividade política, protagonistas e destinatárias do desenvolvimento. Até por isso, o sucesso do nosso projecto será sempre aferido pela convergência com os patamares médios de desenvolvimento da União Europeia, logo pela efectiva melhoria das condições de vida dos Açorianos.

A Organização das Nações Unidas proclamou a Família como “a mais pequena democracia no coração da sociedade”. É o núcleo da sociedade. Só a partir dela, e com ela, nos podemos construir e desenvolver.

Não basta garantir condições de bem-estar, assentes na suficiência de rendimentos, nem mesmo garantir o acesso a uma habitação condigna. A família é, por excelência, um quadro-referência de valores morais e de ética, um local de formação pessoal e cívica, onde se aprende a fazer o exercício da convivência social, da tolerância e do respeito para com os outros.

Governo, instituições e sociedade civil, em colaboração, têm de investir em programas estratégicos, medidas concretas e meios eficazes que se traduzam no fortalecimento económico e social das famílias, sem as substituir no exercício das suas responsabilidades.

A Política de Família tem de partir de uma visão de conjunto. O âmbito é múltiplo e vasto: desde a conjugalidade à parentalidade, passando pela infância, juventude e envelhecimento, educação e formação profissional, emprego, economia familiar, saúde, segurança social, comunidades, cultura e lazer e sociedade de informação. Importa também referenciar as formas e os tempos afectos por cada família ao trabalho, e os períodos que destina à cultura, ao lazer e, em especial, à convivência familiar. Muitas podem ser as estratégias, programas, medidas e acções a prosseguir.

Nos Açores não tem sido conferida importância à existência de uma política para a família.

Vamos fortalecer a acção da família na sociedade, assumir uma Política de Família que, possibilitando a plena liberdade de escolha e de gestão das responsabilidades familiares e domésticas, seja baseada no reconhecimento da importância do equilíbrio e bem-estar familiar como motor de desenvolvimento social, cultural e económico.

Assim mesmo! Na era da informação, do conhecimento, da globalização, com toda a naturalidade, fazemos da dimensão humana a grandeza dos Açores.

A ATITUDE

O PSD vai assumir uma outra Atitude, optar por um novo “modelo de governação”.

Na definição desse modelo, há um ponto essencial a considerar: o modo radicalmente diverso como encaramos a natureza das relações entre a Região e a sociedade civil. Ou, dito de outra forma, o modo como encaramos o papel que cabe ao Governo desempenhar. Estamos na política de maneira diferente.

Enquanto outros olham para a sociedade civil a partir do Governo, nós perspectivamos o Governo a partir da sociedade. Recusamos a interferência na vida privada e a tutela da sociedade, que abafam o dinamismo da iniciativa dos cidadãos.

Fiéis à nossa vocação humanista, faremos das pessoas e dos seus problemas concretos uma referência essencial da intervenção política e governativa. Há muitas áreas, contudo, em que a Administração não deve interferir. É à luz desta perspectiva que equacionamos a importância relativa dos sectores público e privado.

O Governo e a Administração não podem, nem devem, estar em todo o lado. Vamos deixar para os indivíduos, a sociedade civil e as suas instituições, tudo o que estes fazem melhor.

Não é o Governo, por si só, que faz os Açores andar para a frente. Nem, tampouco, os departamentos da Administração Regional. Vamos libertar todo o potencial de progresso de que dispõe a sociedade civil.

As Pessoas

Se o que verdadeiramente move o mundo é a energia dos cidadãos, então o que cabe ao Governo é aproveitar, canalizar, essa fonte inesgotável de energia.

Vamos abrir o Governo à sociedade. Juntar a energia das pessoas, das empresas, à capacidade do Poder Local e conjugá-las com as do próprio Governo. Atentos aos mais vulneráveis, contrariaremos a pobreza, combatendo as respectivas causas. A solidariedade é, para nós, um imperativo ético.

Queremos uma sociedade em que crianças e jovens tenham futuro e os idosos presente.

Reconhecemos aos jovens açorianos um enorme potencial de modernização, inovação e mudança. Vamos aproveitar esse potencial.

Valorizamos a classe média, fonte de progresso e democracia. Vamos contrariar o verdadeiro sufoco a que, por preconceito ou indiferença, tem sido sujeita. Entre outras medidas, o Governo do PSD vai:

- Incluir a classe média em todas as políticas sectoriais;
- Reduzir o IRS em 30%;
- Instituir o Subsídio de Insularidade para todos os trabalhadores da administração pública;

• Alargar o Complemento de Abono de Família a todos os beneficiários desta prestação familiar.

Cidadãos, associações, organizações da sociedade civil, Autarquias Locais vão passar de tolerados, ignorados ou mesmo hostilizados, a aliados, desejados e, como tal, muito respeitados. Serão agentes fundamentais de progresso e desenvolvimento.

A Família

“A família é um elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado”, proclama a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Reconhecemos uma importância decisiva ao papel da família. A família é um bem.

O Governo do PSD vai:

- Valorizar a família como elemento nuclear da sociedade, veículo para a promoção da solidariedade entre gerações e fomento de uma cultura de partilha e respeito mútuo. Lançar uma Política de Família;
- Estimular a criação de programas específicos do âmbito da Política de Família, dirigidos, entre outros, aos seguintes domínios: protecção infantil, jovens, idosos, pessoas portadoras de deficiência, gravidez na adolescência, violência doméstica, exclusão social, alcoolismo ou toxicod dependência;
- Reforçar a consciência social de que a Política de Família é transversal, pelo que se operacionaliza, em grande parte, através de medidas, projectos, programas e acções das demais políticas sectoriais.

As Associações

A distância e o isolamento reforçaram nos Açorianos a natural disposição para partilharem a realização de interesses comuns. É o que está na origem de um intenso movimento associativo, consolidado ao longo de séculos, que se estendeu a todas as ilhas e aos mais diversos domínios.

Vamos libertar essa torrente de energia e altruísmo, depositada em tantas associações culturais, desportivas, sociais, ambientais, humanitárias, de defesa do consumidor, entre outras, e com elas prosseguir o bem comum.

Vamos estabelecer uma relação entre o Governo e as associações, baseada na equidade e na transparência, que leve à promoção da enorme força que representa o voluntariado e dê maior consistência à economia social.

As Empresas

As empresas são o meio privilegiado para criar riqueza, gerar emprego. Vamos assegurar condições adequadas à sua sobrevivência e fortalecimento.

Ao Governo compete definir o quadro estratégico de desenvolvimento da Região e assegurar que os agentes económicos, com a sua iniciativa e o seu dinamismo, são a base do crescimento económico sustentado.

Vamos assegurar o futuro das novas gerações e esbater, progressivamente, as tensões entre solidariedade e competitividade.

Vamos apoiar o empreendedorismo. Vamos apostar na economia baseada no conhecimento e na inovação.

A Ilha

Valorizamos a Região e cada uma das ilhas, o todo e cada uma das partes.

Somos um arquipélago de nove ilhas. Cada ilha é uma realidade palpável, com muito de igual às outras e também muito de diferente. As diferenças são para respeitar. Atenderemos às características de cada espaço. Vamos privilegiar a resposta local. A esponja que tudo igualiza, vai ser atirada para bem longe.

Ilha por ilha, juntaremos parceiros sociais, entidades públicas e privadas e o Poder Local na preparação do “Plano Integrado de Desenvolvimento” da respectiva Ilha.

Definida a vocação de cada Ilha, identificados constrangimentos e potencialidades, segue-se a acção: a execução dos projectos estruturantes, do ponto de vista económico e social, anteriormente definidos.

À Região o que é da Região, o que é comum a todas as ilhas, à Ilha o que é da Ilha. Nove Ilhas, nove Planos.

Política de Proximidade

Vamos assumir uma nova atitude na governação. Resume-se na fórmula:

Proximidade
+
Parcerias
=
Resultados/Desenvolvimento/Melhores Condições de Vida

Uma escola pode fechar porque não tem alunos, nunca por razões economicistas. Para o Governo do PSD, a proximidade é uma opção firme, transversal a todas as políticas. Vale para a educação, para a saúde, para o desporto, para a acção social, para a cultura, para a intervenção social, em suma, para todos os domínios da acção política.

As parcerias são um imperativo da razão. A relação dos cidadãos, das suas associações, das empresas e das Autarquias com o Governo, estabelecida na base da transparência e da contratualização de objectivos, responsabilidades e meios, constitui uma aliança virtuosa imbatível, como os resultados se encarregarão de demonstrar.

Vamos humanizar a política, redefinir prioridades, redistribuir responsabilidades e meios, entre privados, Autarquias e Governo.

Devolveremos à procedência o que foi sendo usurpado a cidadãos e instituições para servir interesses de natureza partidária, para controlar tudo e todos.

Vamos transferir o protagonismo, nas tarefas de desenvolvimento, da Administração e do Governo para a sociedade.

É o que interessa aos Açorianos. É o que fará um governo da responsabilidade do PSD.

Esta é a fórmula de sucesso.

Poder Local

O envolvimento activo das Autarquias e dos Eleitos Locais é essencial ao desenvolvimento dos Açores.

Os Municípios e as Freguesias assumem a função estratégica de serem os promotores da coesão das comunidades locais.

Só com o reforço da descentralização, do municipalismo e da cooperação se lançará a economia regional. Sem uma aliança efectiva com o Poder Local fica comprometida a melhoria das condições de vida dos Açorianos.

O reforço do municipalismo, enquanto processo efectivo de descentralização, determina a necessidade de dotar as Autarquias Locais das competências e dos meios adequados ao cumprimento das responsabilidades que lhes devem ser cometidas.

É um erro cercar as imensas potencialidades das Autarquias. Trava o desenvolvimento. Desrespeita os Açorianos.

Assumimos, convictamente, a nossa opção por soluções de proximidade. Ora, falar de proximidade é, também, falar de Poder Local. As Autarquias Locais terão, pois, papel de destaque no nosso projecto de desenvolvimento. Passarão de toleradas, ou mesmo hostilizadas, a desejadas.

O Governo do PSD vai compreender, respeitar, incluir, prestigiar e, sobretudo, aproveitar os autarcas açorianos. É isso que interessa aos Açores, é isso que faremos.

Vamos intensificar a cooperação com o Poder Local, promovendo, designadamente, a contratualização de projectos.

Os autarcas, com o seu sentido prático, a vocação para servir, o conhecimento profundo da realidade, sabem como "com pouco, fazer muito". Sabem fazer "bom, bonito e barato" em domínios como:

- A Política de Família;
- A habitação;
- O combate à pobreza, nomeadamente às suas causas;
- A segurança de pessoas e bens;
- O ambiente.

Nestas áreas, o Poder Local, com melhor aproveitamento de meios, dará muito melhor resposta do que o Poder Regional. Ilha a ilha, terá um papel essencial na preparação e execução dos "Planos Integrados de Desenvolvimento".

O Governo do PSD vai:

- Redistribuir responsabilidades, competências e meios entre o Governo e as Autarquias, devolvendo-lhes poderes e recursos;
- Contratualizar projectos com Freguesias e Municípios e estabelecer, sem complexos, as adequadas parcerias;
- Criar um programa que permita financiar projectos de Juntas de Freguesia;
- Resolver o problema da redução, recolha, tratamento e eliminação de resíduos;
- Alterar a chave de repartição do Quadro de Referência Estratégico dos Açores (QRESA);
- Tudo fazer para alterar a Lei de Finanças Locais.

Vamos pôr fim ao processo de usurpação de poderes de que Municípios e Freguesias têm sido alvo nos últimos anos.

Reforma e Modernização da Administração

O PSD quer uma Administração ao serviço do cidadão, livre de submissões ao poder político do momento e que distinga o mérito de cada um, nunca o campidrio político-partidário!

A organização e funcionamento da Administração Regional vão assentar em princípios como rigor, confiança, abertura, transparência, responsabilidade, eficiência e eficácia.

Com o Governo do PSD, a Administração Pública será uma "escola", onde se faz "carreira" ao serviço do desenvolvimento dos Açores. Nenhum departamento poderá ter sob suspeita a sua independência.

A importância da produção de dados estatísticos para o desenvolvimento da Região exige a adopção de um modelo organizativo que garanta o rigor científico, a fiabilidade dos dados produzidos, bem como a sua atempada disponibilização. Será criado um Instituto Regional de Estatística independente do poder político, de modo a transmitir à sociedade a confiança que o Instituto Nacional de Estatística transmite ao País e o EUROSTAT transmite à União Europeia.

A Inspeção Administrativa Regional deixará de ser um instrumento ao

serviço dos interesses do Governo e passará a ser uma instituição credível, capaz de transmitir confiança aos cidadãos e rigor na inspecção dos actos e processos da Administração.

A avaliação sistemática do funcionamento da Administração, de forma fiável e objectiva, é uma prática fundamental para a melhoria do seu funcionamento e para a sua modernização.

A reforma da Administração Regional será feita com os seus funcionários, nunca contra estes.

O Governo do PSD vai distinguir os seguintes vectores:

- Estabilidade e segurança no emprego;
- Simplificação e clareza do acervo legislativo;
- Desburocratização orgânica e circulação de informação, eliminando a sobreposição de competências existente;
- Oportunidade, eficiência e eficácia nos serviços prestados, alicerçada nas mais avançadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
- Delimitação dos cargos de confiança política;
- Competência como critério exclusivo no preenchimento dos cargos dirigentes de direcção superior e intermédia;
- Valorização profissional, prestígio e auto-estima dos trabalhadores;
- Oportunidade e eficácia nos serviços prestados;
- Legalidade e transparência na concessão de subsídios;
- Proibição no exercício de cargos públicos por aposentados.

Vamos instituir, para todos os trabalhadores da Administração Regional e Local, independentemente da categoria, um Subsídio de Insularidade.

A reforma da Administração Regional passa também pelo retorno à verdade das finanças públicas, pelo que o Governo do PSD vai:

- Devolver à Administração as competências abusivamente transferidas para sociedades anónimas, visando desorçamentar, fugir às regras de execução de despesa pública e torneir os limites de endividamento estabelecidos;
- Assumir, de forma transparente, toda a dívida pública regional;
- Introduzir realismo nos documentos orçamentais, nomeadamente quanto ao Serviço Regional de Saúde;
- Promover a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Abrir ao Mundo

A par do Estado português, a União Europeia e o próprio sistema de relações internacionais constituem os novos espaços políticos onde se jogam os destinos dos Açores. A dinamização da Autonomia passa precisamente pela penetração dos Açores nestes espaços.

Neste contexto, os Açores podem e devem contar com as comunidades açorianas de grande vulto, nomeadamente as radicadas na América do Norte e do Sul.

O Governo do PSD vai apostar numa dinamização do sistema autonómico assente nos seguintes vectores:

- Envolvimento na União Europeia
 - Projecção internacional dos Açores
 - Valor geoestratégico do território
- Envolvimento na União Europeia
- Quanto ao estatuto de Ultraperiferia, defendemos uma nova geração de POSEI, de espectro mais largo e abrangente, que, para além da agricultura e das pescas, inclua apoios à melhoria da competitividade, facilitando o cumprimento dos objectivos da Estratégia de Lisboa. Deverão ser consideradas áreas como a educação, a investigação, as telecomunicações, o empreendedorismo, a fiscalidade ou a sociedade da informação, adaptando a regulamentação comunitária à realidade açoriana e disponibilizando fundos que atenuem os "handicaps" permanentes que nos caracterizam;
 - Quanto aos Fundos Comunitários, considerando a sua importância no desenvolvimento dos Açores, vamos aferir os resultados da sua aplicação através de uma monitorização permanente, objectiva e transparente.
 - Quanto ao reforço dos mecanismos de participação:
 - Ø Participação activa dos órgãos de governo próprio da Região no processo de definição das posições nacionais em matérias da competência da União Europeia com interesse, directo ou indirecto, para os Açores;
 - Ø Auscultação dos órgãos de governo próprio da Região na preparação, pelo Governo da República, do Conselho Europeu;
 - Ø Participação dos órgãos de governo próprio da Região no processo comunitário de decisão:
 - v Acompanhamento e participação do Governo Regional nos Conselhos de Ministros que discutam e decidam sobre matérias que respeitem à Região;
 - v Implementação de uma Comissão inter-parlamentar permanente Assembleia da República/Assembleia Legislativa que facilite a auscultação ao parlamento regional no âmbito do processo comunitário de decisão;
 - v Criação de canais que facilitem o acesso do Governo Regional, da Assembleia Legislativa Regional e da sociedade civil açoriana às instituições da

União Europeia;

v Participação activa e integrada nos múltiplos organismos de cooperação inter-regional da União Europeia.

Projeção Internacional dos Açores

A situação geográfica dos Açores dá um contributo decisivo à afirmação de Portugal no Mundo.

O Governo do PSD vai considerar especialmente os seguintes aspectos:

- O desenvolvimento de mecanismos capazes de assegurar a participação da Região na definição da política externa portuguesa sempre que esteja em causa o interesse dos Açores;

- A capacidade da Região se relacionar directamente com entidades estrangeiras com vista à promoção dos interesses, designadamente económicos e culturais, dos Açores;

- A integração crescente de Açorianos e seus descendentes nas comunidades políticas que os acolheram;

- A cooptação, para a Autonomia, das comunidades açorianas espalhadas pelo Mundo, nos domínios político, empresarial ou cultural, tirando proveito da sua capacidade de penetração nos países de acolhimento.

A diáspora é um conceito inclusivo. A unidade açoriana não se realiza apenas no interior do Arquipélago, tem de incluir a aproximação aos Açorianos residentes no exterior.

Os Açorianos das Américas redimensionam os Açores e contribuem para a definição da própria Região e do seu potencial. Dão dimensão atlântica ao nosso País e facilitam o relacionamento de Portugal com países do outro lado do Atlântico.

O Governo do PSD vai fomentar a representação institucional da Região nas cidades onde estão radicadas importantes comunidades açorianas, visando o diálogo e a cooperação com autoridades políticas, económicas ou culturais das localidades que as acolhem. Para o efeito, aproveitará a implantação, experiência e influência das múltiplas instituições de carácter associativo ali existentes.

As comunidades açorianas estabelecidas no Continente Português, pelo papel que vêm desempenhando na promoção dos Açores, serão muito valorizadas.

Valorizar o Potencial Geoestratégico

A posição geoestratégica dos Açores confere a Portugal um estatuto especial no que respeita à sua projeção internacional.

Os Açorianos deverão ter sempre uma palavra a dizer sobre a utilização do seu território, dos seus mares e do seu espaço aéreo para fins militares, quer no âmbito da NATO, quer no âmbito de novos desenvolvimentos do Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos da América.

O Acordo de Cooperação e Defesa, celebrado entre Portugal e os Estados Unidos da América, deve ser revisto em função de novas utilizações da Base das Lajes. Queremos uma maior participação dos Açores em próximas negociações, na fruição das vantagens inerentes e no controlo da execução dos acordos. O Acordo Laboral é, para nós, um elemento essencial deste relacionamento. É para respeitar.

O Governo do PSD vai pugnar por uma maior visibilidade externa e adoptar uma maior firmeza na defesa dos interesses dos Açores.

AS IDEIAS

Porque as pessoas são, para nós, o cerne da actividade política, estabelecemos três eixos prioritários:

- **INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE EMPREGO**
- **PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA**
- **CONTRARIAR A DESERTIFICAÇÃO**

Dos Valores que nos orientam e da Atitude que perfilhamos, partimos para as Ideias. Construimos o nosso “modelo de desenvolvimento”.

INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE EMPREGO

Graças ao apoio da União Europeia, os Açores superaram o ancestral problema de “hardware”: carência de infra-estruturas e equipamentos. Persiste, no entanto, a falta de parte significativa do “software”: o reforço das dinâmicas empresariais, a qualificação dos cidadãos, as condições para contrariar o “esvaziamento” da maioria das ilhas. Há muito a fazer pela melhoria da qualidade do emprego e do rendimento dos Açorianos.

Continuamos longe da convergência dos nossos níveis de desenvolvimento face à média europeia.

É tempo de passar à acção. Sabemos o que faz falta e como fazer o que faz falta nos Açores. O PSD tem especial vocação para resolver dificuldades de “software”. É tempo de romper com o passado recente.

Mais e melhor emprego pressupõe mais e melhores empresas. Acrescentam valor, criam riqueza, geram emprego.

Mais e melhor emprego pressupõe o reforço da economia social. Satisfaz

necessidades dos cidadãos, ajusta-se à mudança no contexto familiar, gera emprego.

Mais e melhor emprego pressupõe maior qualificação das pessoas. Uma cultura de exigência, visando a excelência, na educação e na formação profissional, responde às necessidades do tecido empresarial e da economia social, prepara para o emprego.

Mais e melhor emprego pressupõe uma aposta clara na investigação, no desenvolvimento de novos processos e produtos. Mais e melhor emprego pressupõe o acesso pleno às tecnologias de informação e comunicação. Permite o acompanhamento dos novos desafios à escala mundial, geram emprego.

Mais e melhor emprego pressupõe mais e melhores transportes. Um sistema de transportes, que compatibilize os níveis marítimo/aéreo, carga/passageiros e equipamentos/infra-estruturas, assegura maior eficácia e menor custo, gera emprego.

Mais e melhor emprego pressupõe descobrir o mar. Visa o efectivo aproveitamento deste tão importante recurso, gera emprego.

O emprego propicia rendimento. O rendimento permite a satisfação de necessidades essenciais dos cidadãos, das famílias.

Relançar a Economia

Para o PSD, o emprego é o objectivo central do “modelo de desenvolvimento” que propõe aos Açorianos. É às empresas e às associações que atribui o papel principal no desenvolvimento económico e social. O estímulo às empresas privadas e aos agentes da economia social é o meio privilegiado para a criação de emprego sustentável.

Há muito a fazer e de modo diferente.

A Região tem de se aproximar dos padrões europeus de desenvolvimento, para que as famílias açorianas beneficiem de melhores condições de vida.

Os Açores não podem perder, novamente, a oportunidade que a União Europeia proporciona. No período entre 2007 e 2013, as empresas, bem como as associações em geral, terão de ser os principais destinatários dos apoios ao desenvolvimento.

A economia açoriana não pode continuar a marcar passo.

A criação de emprego não depende da mera injeção, sem critério, de dinheiros públicos. Grande parte dos meios financeiros aplicados em obras públicas, ainda que muito propagandeadas, apenas gera situações de artificialismo na economia, não cria emprego consistente. Pode permitir a mitigação do desemprego, mas não constitui mais do que um factor de amortecimento temporário.

Para o PSD, o emprego é o objectivo central do “modelo de desenvolvimento” que propõe aos Açorianos. É às empresas e às associações que atribui o papel principal no desenvolvimento económico e social. O estímulo às empresas privadas e aos agentes da economia social é o meio privilegiado para a criação de emprego sustentável.

A economia açoriana precisa de dinamismo e confiança. Urge encorajar iniciativas, incentivar o empreendedorismo.

Vão ser totalmente aproveitados os mecanismos de adaptação do sistema fiscal nacional à Região. A descida, ainda possível, do IRS, promoverá a inclusão da classe média, contribuindo para a revitalização do consumo privado.

O sucesso não se mede pelo montante da despesa pública, nem pelo número de subsídios atribuídos. O que permite avaliar o êxito das políticas adoptadas são os resultados provenientes da sua aplicação.

Os Açorianos querem uma Autonomia de resultados!

Para o PSD:

- A convergência efectiva da economia açoriana exige que a capitação do Produto Interno Bruto dos Açores atinja 75% da média da União Europeia. É esse o objectivo a atingir em 2013;

- No mesmo período, serão criados 14,000 postos de trabalho líquidos.

É imperativo alterar a chave de repartição do Quadro de Referência Estratégico dos Açores (QRESA), reforçando a componente destinada ao apoio ao tecido empresarial.

Uma Agricultura moderna

A agricultura é importante no presente e dela depende o futuro. Não é uma actividade do passado.

É essencial produzir alimentos de qualidade. Importa assegurar maior competitividade ao sector, garantindo a indispensável rentabilidade às explorações, como empresas que são, e aumentando o rendimento dos agricultores.

A agricultura verá reconhecido o seu carácter multifuncional, o que a valorizará. Vai desempenhar papel de relevo na melhoria e na sustentabilidade da qualidade ambiental, no ordenamento do território, na preservação da biodiversidade e na paisagem rural. Será olhada como factor estruturante do turismo. Vai, assim, contribuir, decisivamente, para a fixação das populações e o

consequente desenvolvimento do espaço rural.

O Governo do PSD vai:

- Melhorar o rendimento dos agricultores, a sua qualidade de vida e promover a dignificação do trabalho rural;
 - Promover o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola;
 - Reforçar a formação profissional e os sistemas de informação e acompanhamento técnico e económico dos diversos domínios da actividade agrícola;
 - Promover o desenvolvimento da investigação/experimentação com vista à melhoria da eficácia produtiva, da qualidade e da competitividade do produto agrícola regional;
 - Incentivar a diversificação da produção, através da simplificação e aumento das ajudas nos sectores horto-fruti-florícola, apícola e vitivinícola, da implementação de normas de qualidade, da concentração da oferta e da criação de mecanismos que facilitem a colocação no mercado;
 - Promover a agricultura biológica;
 - Fomentar a floresta e o seu uso racional, na múltipla função de criação de riqueza, protecção ambiental e factor de equilíbrio ecológico e paisagístico;
 - Criar mecanismos de compensação financeira adequados para os proprietários de terrenos em áreas protegidas e classificadas, incluindo as da Rede Natura 2000;
 - Promover a reestruturação fundiária, sobretudo no que respeita ao emparcelamento das explorações, ao bom uso da terra, à melhoria e manutenção dos acessos às explorações e às redes de distribuição de água e de energia eléctrica;
 - Compatibilizar interesses de rendeiros e proprietários no acesso à terra, contrariando o imobilismo que o quadro vigente impõe;
 - Estimular a compra de terras por rendeiros;
 - Constituir uma efectiva reserva agrícola regional, compatibilizada com o ordenamento do território e a expansão urbana, como salvaguarda do potencial de produção agrícola;
 - Reforçar os apoios ao tratamento e reciclagem de efluentes e resíduos;
 - Apoiar a organização dos mercados agrícolas e a promoção dos produtos regionais;
 - Criar o Observatório de Preços dos Produtos Agrícolas.
- O Governo do PSD tudo fará para manter, no âmbito da Política Agrícola Comum, o sistema de quotas de leite.

Uma nova oportunidade para o Turismo

O Governo do PSD, ao mesmo tempo que vai apoiar o investimento privado, abster-se-á de intervir nos processos de comercialização turística.

Existe um perigoso desajustamento entre a oferta e a procura turísticas nos Açores.

As prioridades são a promoção e a formação. Promover, para crescer. Formar, para qualificar os produtos e serviços turísticos e perseguir a excelência do destino.

O Governo do PSD vai:

- Aumentar exponencialmente o investimento promocional;
- Eleger como mercados prioritários, o nacional, os maiores emissores da Europa, como a Alemanha e o Reino Unido, bem como os mercados étnicos dos EUA e Canadá;
- Apostar decisivamente no turismo interno, aproximando os Açorianos e atenuando as assimetrias regionais, dinamizando a economia das ilhas menos populosas;
- Apostar numa Escola de Formação Turística de referência e promover a dignificação das profissões turísticas;
- Atenuar a dependência de um pequeno grupo de operadores turísticos;
- Definir e articular as políticas de transporte aéreo e marítimo, essenciais para a competitividade do destino Açores;
- Rever o quadro financeiro de apoio ao sector, conferindo-lhe maior selectividade e eficácia nos apoios a conceder;
- Introduzir maior celeridade e desburocratização na concessão de apoios financeiros;
- Privilegiar a redução da sazonalidade e a animação turística;
- Promover a internacionalização das empresas e dos investimentos;
- Alargar o leque de benefícios fiscais às empresas turísticas;
- Criar uma instituição especializada em operações de capital de risco, no quadro dos incentivos ao investimento privado.

A Educação, instrumento de desenvolvimento

A educação é uma das variáveis estratégicas do desenvolvimento. Vamos promover a excelência educativa.

A situação, tal como está, exige actuação imediata. No ensino básico e secundário, a ideia de disciplina, tão indispensável à formação dos alunos, é ignorada, quando não desprezada. A Universidade dos Açores atravessa graves dificuldades financeiras.

Em matéria de avaliação segue-se o caminho do facilitismo. A Região não

abandona os lugares mais modestos nas estatísticas da educação.

Perante isto, o Governo ataca a dignidade dos agentes de ensino, desvaloriza os problemas, enreda-se em medidas que não se entendem, avança e recua ao sabor dos acontecimentos.

Vamos inverter a marcha. Vamos concretizar um projecto consistente de política educativa, baseado numa filosofia promotora de valores, competências, inovação, reflexão, capacidade criativa e auto-avaliação do sistema.

Vamos privilegiar a proximidade. Só a falta de alunos poderá levar ao fecho de uma escola. Nunca razões de natureza economicista.

Queremos ser uma sociedade culta, feita de homens e mulheres capazes de entender o mundo que os rodeia e de pensar o caminho pessoal e colectivo a prosseguir.

A educação é o instrumento para concretizar esse objectivo cultural, civilizacional.

Vamos ter um sistema de educação pragmático.

O Governo do PSD vai:

- Instituir um plano específico de reforço das aprendizagens na Língua Portuguesa e na Matemática;
 - Activar um programa regional de recuperação da escolaridade e combate ao absentismo, adequado às realidades locais por ofertas específicas de escola;
 - Fixar em 20 o número máximo de alunos por turma, para garantir mais eficácia pedagógica;
 - Estabelecer em 800 o número ideal de alunos por escola, para a humanizar, condicionar os factores de desestabilização, melhorar a eficácia pedagógica e reforçar a capacidade de gestão;
 - Reduzir o preço das refeições nas cantinas escolares;
 - Criar um programa pluridisciplinar de prevenção da indisciplina na escola;
 - Reforçar a autonomia administrativa e pedagógica das escolas;
 - Promover a integração de temáticas e conteúdos regionais nas áreas curriculares disciplinares da escolaridade obrigatória;
 - Apoiar e valorizar o ensino profissional;
 - Alargar as valências do ensino artístico;
 - Flexibilizar e ajustar a formação contínua dos docentes, compatibilizando as necessidades do projecto educativo com a valorização científica e a expectativa profissional do professor.
- Para dignificar o papel do professor no processo educativo, vamos rever, imediatamente, o Estatuto da Carreira Docente. Neste contexto, o Governo do PSD vai:
- Alterar os critérios de avaliação do desempenho da actividade docente;
 - Reformular a estrutura da carreira;
 - Estabelecer novos parâmetros para a mobilidade profissional.
- Para valorizar o protagonismo formativo e científico da Universidade dos Açores, o Governo do PSD vai:
- Zelar pela estabilidade da instituição, promovendo a transparência do relacionamento financeiro com o Governo da República;
 - Comparticipar nos custos financeiros da tripolaridade da Universidade, celebrando contratos-programa plurianuais;
 - Preservar o papel essencial que exerce na formação de quadros superiores e estabelecer parcerias de cooperação no domínio da formação contínua;
 - Intensificar a investigação científica com o financiamento de projectos de excelência;
 - Privilegiar a Universidade na aquisição de serviços de consultadoria e de estudos de carácter científico.

Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Os Açores vão evoluir para uma sociedade cada vez mais sustentada no conhecimento, o que terá efeito directo sobre a competitividade, a produtividade e o emprego.

Os aspectos morfológicos, hidrogeológicos e a biodiversidade, associados à importância do Mar, fazem dos Açores um espaço único de investigação e inovação. Com a Universidade dos Açores, e a sua tradição na investigação científica, ficam reunidas as condições para alcançar metas de excelência no domínio do conhecimento.

Os Açores vão afirmar-se internacionalmente nos domínios da investigação, essencialmente em áreas ligadas às ciências do mar e da terra, com grande impacto em sectores económicos como a agricultura, as pescas ou a energia.

A criação de redes de conhecimento vai facilitar o intercâmbio de experiências, reforçar a capacidade regional de investigação e inovação e encorajar uma rápida disseminação do conhecimento.

O Governo do PSD vai:

- Definir uma estratégia regional para a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- Dinamizar acções que promovam o acesso a programas nacionais e comunitários de investigação científica e desenvolvimento tecnológico;

- Criar um programa financeiro para as áreas do conhecimento excluídas dos apoios comunitários ou nacionais;
- Mobilizar os recursos da Região, designadamente a Universidade dos Açores, laboratórios e centros de inovação, de âmbito público ou privado, para a prossecução de programas de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico orientados para objectivos que sirvam o interesse regional;
- Apoiar a qualificação dos licenciados com a obtenção de graus de mestre e de doutor;
- Criar oportunidades de carreira para investigadores, promovendo a sua fixação nos Açores, estabelecendo um sistema de bolsas, no âmbito da investigação e do conhecimento em domínios ligados às ciências do mar e da terra;
- Criar um programa financeiro de incentivo à inovação para pequenas, médias e micro-empresas;
- Criar núcleos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em diferentes áreas científicas, que sirvam de apoio às empresas da Região;
- Apoiar a criação de um “Ninho de Empresas” dedicado ao desenvolvimento tecnológico;
- Articular a política de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação com as políticas de educação, formação profissional, emprego e juventude, dada a complementaridade de objectivos.

Sociedade da Informação

A Sociedade da Informação promove o desenvolvimento. Permite uma plena difusão do conhecimento com menores custos. Proporciona novas oportunidades, melhores condições de vida.

As Tecnologias da Informação e do Conhecimento (TIC) ampliam as oportunidades das pessoas, empresas e organizações. Geram novas formas de emprego e postos de trabalho de alta qualificação. Fornecem instrumentos às pequenas, médias e micro-empresas, vitais para enfrentar os desafios do futuro. Fomentam a localização de empresas fora das principais áreas urbanas, atraem investimento para zonas rurais.

Relevante numa região insular é o facto de contribuírem para reduzir os custos da distância, na medida em que proporcionam às organizações, às empresas, às famílias e às pessoas o acesso à informação, independentemente do local onde se encontram.

As TIC vão passar a integrar a vida quotidiana de cada cidadão, de cada empresa.

O Governo do PSD vai:

- Generalizar o acesso às vantagens da sociedade da informação;
- Consolidar a presença das TIC no sistema educativo, realizar fortes investimentos na formação e combater o analfabetismo digital, incentivando a sua utilização pela população em geral;
- Desenvolver infra-estruturas técnicas de banda larga a preços acessíveis;
- Promover o emprego através de recurso à utilização das TIC;
- Utilizar as TIC como factor de promoção da coesão económica, social e territorial;
- Promover as TIC como instrumento de melhoria de competitividade e produtividade das pequenas, médias e micro-empresas;
- Dinamizar a prestação de serviços públicos integrados num sistema de “e-government”;
- Apostar na criação de motores de busca ou páginas da Internet regionais, de natureza informativa e pedagógica;
- Fomentar o desenvolvimento de conteúdos digitais de base cultural e de promoção turística, de qualidade atractiva;
- Assegurar pontos públicos de acesso à Internet em todas as freguesias e alargar o acesso à rede sem fios (wireless) ao maior número de pontos em todas as ilhas dos Açores;
- Reaproveitar o equipamento dispensado pela Administração Regional e Local, criando um banco de materiais informáticos colocado à disposição de associações, serviços ou instituições.

Eficiência nos Transportes

Num arquipélago, os transportes asseguram a consolidação da unidade insular, bem como a inclusão em espaços mais alargados. Daí, a necessidade de garantir ligações frequentes, com elevada qualidade e adequado custo, entre as ilhas e destas com o exterior.

Vamos organizar um Sistema Integrado de Transportes que conjugue o transporte marítimo com o aéreo, de carga e passageiros, assegurando a respectiva complementaridade. Uns e outros, compatibilizados com as infra-estruturas portuárias e aeroportuárias e os equipamentos disponíveis, vão dar um impulso decisivo à mobilidade de pessoas e bens, na Região e entre esta e o exterior.

O Governo do PSD vai:

- No transporte aéreo inter-ilhas:

- Ø Reduzir o custo das passagens em pelo menos 20%;
 - Ø Reduzir o custo das passagens, com restrições, em pelo menos 30%;
 - Ø Introduzir tarifas “PEX”;
 - Ø Disponibilizar o acesso a tarifas promocionais no Verão e Inverno IATA;
 - Ø Aumentar a capacidade destinada à carga aérea.
 - No transporte aéreo de e para o exterior:
 - Ø Regular o serviço público, anulando o regime de “code share” e flexibilizando o sistema tarifário, garantindo a concorrência entre operadores;
 - Ø Reduzir em 25% o valor da tarifa máxima de residente, em classe económica;
 - Ø Introduzir a tarifa de residente, com restrições, com redução de 40%;
 - Ø Disponibilizar aos açorianos o acesso a tarifas “PEX”;
 - Ø Extinguir o sobrecusto de 60 euros da ligação ao Porto via Lisboa;
 - Ø Exigir da República o aumento do subsídio ao bilhete, no respeito pelo princípio da continuidade territorial;
 - Ø Garantir a tarifa única para emigrantes, nos voos da América do Norte com destino aos Açores;
 - Ø Incentivar a operação de companhias “low-cost” a partir de aeroportos europeus e norte-americanos.
 - No transporte marítimo de passageiros e viaturas:
 - Ø Refundar o transporte marítimo de passageiros e viaturas;
 - Ø Promover o transporte marítimo de passageiros e viaturas, como instrumento de acréscimo de permanência de turistas nos Açores;
 - Ø Criar o Sistema Marítimo de Transporte Rápido de Passageiros e Viaturas no Grupo Central e estabelecer uma “Ponte Marítima” entre as ilhas do Triângulo – Faial, Pico e S. Jorge.
- O Governo do PSD vai aumentar a eficácia e reduzir o custo do transporte de carga, por via aérea e marítima, respondendo às especificidades do tecido empresarial de cada ilha.

Descobrir o Mar

Vamos dar dimensão e prioridade estratégica ao Mar, numa visão integrada e integradora dos agentes ligados a este recurso.

Colocamos o Mar como prioridade política de primeira grandeza, numa perspectiva holística que inclui ambiente, transportes, energia, turismo, ordenamento do território, pescas ou investigação, de forma coordenada e concertada.

O Mar será ambientalmente preservado. Do seu bom estado ambiental depende boa parte da sua mais-valia. É, desde logo, uma fonte de redução de carbono, o que contribui para mitigar o efeito estufa nas alterações climáticas.

O Mar é estrada marítima. Daí a sua relevância no contexto do Sistema Integrado de Transportes. É recurso energético e, portanto, uma importante fonte de energia alternativa nos Açores, através da energia das ondas ou da produção de hidrogénio.

Valorizar o Mar é valorizar o destino turístico. A imagem quase mítica dos Açores nos mercados turísticos deve muito à natureza e ao Mar. As actividades marítimo-turísticas vão dar elasticidade à oferta turística, contribuindo para a diversificação e para a qualificação, sem colocar em causa o equilíbrio e a sustentabilidade do turismo açoriano, antes valorizando-o e diferenciando-o.

As zonas costeiras, por alojarem a maioria da população, denotam alguns problemas ambientais que serão sujeitos a permanente controlo, avaliação e resolução.

Valorizamos e, por isso, vamos dignificar a actividade piscatória.

O Governo do PSD vai:

- Aproveitar os Fundos Comunitários para dotar todos os concelhos de estruturas que promovam actividades náuticas e turismo marítimo;
- Finalizar e implementar Planos de Ordenamento da Orla Costeira em todas as ilhas, visando precaver impactos negativos na estrutura ecológica e paisagística, bem como promover o turismo e a requalificação urbana de forma sustentada;
- Apoiar os jovens que escolherem a actividade piscatória como profissão, através de formação adequada e da modernização da frota de pesca;
- Actuar na cadeia de valor das pescas e, em especial, na formação dos preços aos pescadores, valorizando o preço da primeira venda e garantindo o escoamento do peixe em qualidade, quantidade e regularidade para os mercados de destino;
- Potenciar a pesca-turismo e promover a pesca sustentada, praticada com artes artesanais e amigas do ambiente que permitiu, ao longo de séculos, manter os stocks em níveis aceitáveis, garantindo o desenvolvimento de importantes comunidades piscatórias;
- Incentivar o estudo e o desenvolvimento de projectos empresariais de aquacultura;
- Defender a protecção do mar dos Açores, assegurando, junto das instâncias comunitárias, a definição como área bio-geograficamente sensível, logo com acesso condicionado, a que media entre as 100 e as 200 milhas, bem como os “montes submarinos” situados ao redor das 200 milhas;

- Apoiar a investigação dos recursos halieuticos, bem como a investigação de ponta do oceano profundo, onde estão inventariadas fontes hidrotermais e recursos minerais que fazem dos Açores um verdadeiro laboratório mundial;
- Constituir um Parque Tecnológico ligado à investigação marinha em cooperação com o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores;
- Promover parcerias privadas e público-privadas, regionais e externas, visando o estudo e o aproveitamento da capacidade energética que o Mar pode proporcionar;
- Apoiar a criação de uma escola de formação direccionada para todas as actividades que se desenvolvem no mar, nomeadamente as ligadas à pesca, ao turismo e à investigação.

A Universidade dos Açores tem feito um trabalho notável no que diz respeito aos oceanos, reconhecido a nível internacional. É um bom exemplo da excelência a buscar em áreas para as quais estamos vocacionados ou em que os avanços científico-tecnológicos podem revolucionar a vida nas ilhas.

Mais e Melhor Emprego

Mais de 65 mil Açorianos, com idade superior a 15 anos, não frequentam a escola e não têm um posto de trabalho.

Cerca de dois terços das mulheres açorianas, em idade activa, não têm emprego.

Entre os açorianos, os jovens são os que mais dificuldade têm em encontrar trabalho.

As poucas oportunidades de emprego que se têm criado na Região “são para indivíduos com baixos níveis de habilitação ou mesmo sem a escolaridade mínima obrigatória”.

A Região apresenta uma população em idade activa com níveis de educação e de qualificação bastante aquém da média nacional.

A precariedade no emprego aumenta. O desemprego de longa duração assume enorme significado.

Vamos superar esta preocupante situação. “Incentivar a Criação de Emprego” é, por isso, o primeiro dos três eixos prioritários que estruturam o nosso “modelo de desenvolvimento”.

O Governo do PSD vai estimular as pequenas, médias e micro-empresas na criação de novos empregos, promover o auto-emprego como método inovador, incentivar a entrada de mulheres no mercado de trabalho e nele reforçar a integração dos jovens, nomeadamente dos jovens licenciados.

Vamos elaborar um “Plano de Formação Profissional para o Emprego” e acabar com a formação profissional “fictícia” destinada apenas à criação de estatísticas favoráveis. Vamos acabar com as práticas administrativas que escondem os verdadeiros números de desemprego na Região.

O Governo do PSD vai promover o ingresso de 8,000 mulheres no mercado do trabalho e incentivar a criação de 3,000 empregos nas ilhas mais fustigadas pela desertificação populacional. Até 2013, serão criados, nos Açores, 14,000 novos empregos.

PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA

Estar atento à realidade social, é reconhecer os problemas centrais que afectam a sociedade açoriana: a pobreza, os baixos salários, o sobreendividamento e o desemprego.

No que à pobreza respeita, o panorama é preocupante. Surgem novos fenómenos e as “bolsas de pobreza” são cada vez mais significativas. Os baixos salários e o sobreendividamento estão a contribuir para criar novos pobres. Há situações dramáticas.

Quanto ao desemprego, as taxas não param de subir. Mais pessoas têm em risco a sua sobrevivência diária, mais famílias, a sua estabilidade afectada, mais jovens, o seu futuro em risco. Voltou a emigração.

Mais qualidade de vida pressupõe melhor saúde. Promover hábitos de vida saudáveis e melhorar o acesso dos cidadãos ao sistema de saúde, melhora a qualidade de vida.

Mais qualidade de vida pressupõe a preservação do ambiente. Proteger a natureza, assegurar a qualidade da água e garantir a redução e o tratamento dos resíduos, melhora a qualidade de vida.

Mais qualidade de vida pressupõe melhor acção social. Promover o acesso generalizado aos equipamentos dirigidos à infância e a idosos, intervir nas “bolsas de pobreza” existentes e actuar na prevenção e no combate às dependências, melhora a qualidade de vida.

Mais qualidade de vida pressupõe efectiva segurança de pessoas e bens. Actuar, preventivamente, sobre as causas da criminalidade e reforçar os meios humanos e materiais das forças de segurança, melhora a qualidade de vida.

Mais qualidade de vida pressupõe o fortalecimento da classe média. Promover a inclusão da classe média nas políticas públicas, melhora a qualidade de vida.

Emprego e qualidade de vida geram melhores condições de vida. É este o

nosso objectivo central.

Direito à Saúde

O sistema de saúde tem uma importância crucial na vida dos Açorianos e pode ser decisivo quanto às suas opções de fixação. Compete à Região garantir o acesso aos cuidados de saúde em condições de tendencial igualdade, independentemente do local de residência.

Reconhecemos a forte influência na saúde dos cidadãos de factores como os comportamentos e estilos de vida pessoais, as condições de vida e de trabalho, as condições socioeconómicas, culturais e ambientais e o modo de acesso aos serviços de saúde.

Os projectos inovadores, a eficácia das práticas prosseguidas, a maximização dos recursos disponíveis e a avaliação da qualidade e eficiência dos serviços prestados são elementos essenciais nas orientações políticas que assumimos para o sistema de saúde.

Nos Açores, o Serviço Regional de Saúde enfrenta problemas de organização e de financiamento que influenciam negativamente o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde. Vive-se uma inaceitável situação de ruptura, com o ritmo de despesa a aumentar vertiginosamente, sem a correspondente melhoria de cuidados.

A política de saúde é desarticulada e incoerente, incapaz de promover a gestão eficaz dos recursos materiais, técnicos e humanos, inapta a lidar com os profissionais de saúde. Os prejudicados são os Açorianos.

O acesso universal e tendencialmente gratuito dos cidadãos aos cuidados de saúde, deve constituir uma preocupação sempre presente, sobretudo na área dos Cuidados Primários, onde a insuficiência de recursos humanos é maior e onde se pretende que toda a população esteja abrangida.

Os Cuidados Primários serão o principal pilar de um sistema de saúde moderno, eficiente e capaz de responder às necessidades dos cidadãos.

O Governo do PSD vai:

- Considerar a Saúde como área prioritária e acabar com o seu subfinanciamento crónico;
- Basear a política de saúde numa estratégia de prevenção da doença, assegurar acções educativas de promoção da saúde e incentivar a caracterização epidemiológica da população;
- Promover a prestação de cuidados essenciais de saúde a toda a população;
- Desenvolver Planos Regionais que abranjam domínios como a diabetes, a hipertensão arterial, as doenças cerebrovasculares e cardiovasculares, bem como a saúde materno infantil, a luta contra a droga, o tabaco e a toxicod dependência e ainda o combate ao alcoolismo;
- Estabelecer uma rede de Cuidados Continuados, aprofundando a cooperação com Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Dignificar as condições de trabalho nos Centros de Saúde como forma de valorizar o trabalho dos seus profissionais, criando condições indirectas de atractividade para a carreira de Clínica Geral;
- Aumentar a capacidade formativa nos internatos complementares como forma de estimular a fixação de mais médicos na Região e, em especial, promover a abertura de um maior número de vagas no Internato Complementar de Clínica Geral;
- Rever os incentivos à fixação de Médicos de Clínica Geral/Medicina Familiar nos Centros de Saúde;
- Proceder à contratualização de Médicos de Clínica Geral para, em horário suplementar, assumirem listas de utentes sem Médico de Família e promover o estabelecimento de Convenções quando tal contratualização, só por si, não assegure a cobertura em cuidados essenciais;
- Estimular a deslocação de médicos especialistas, associada ao desenvolvimento racional de meios tecnológicos que permitam uma cabal resposta diagnóstica, visando dar resposta ao doente na sua Ilha;
- Desenvolver uma rede de Telemedicina que vá além da componente técnica necessária à sua implementação em todas as Ilhas, estabelecendo um quadro de referênciação hospitalar, devidamente organizado, que possibilite uma resposta célere aos doentes;
- Garantir a melhoria no sistema de evacuações, nomeadamente através do estabelecimento de circuitos e regras claras de transferência de doentes;
- Melhorar os apoios a grávidas e doentes deslocados da sua ilha, aumentando as participações, criando centros de acolhimento nas ilhas com Hospital e melhorando o funcionamento dos serviços de deslocação de doentes;
- Reduzir as listas de espera para a realização de exames complementares de diagnóstico, com recurso a convenções, rentabilizando os equipamentos existentes, na esfera pública ou privada;
- Reduzir o período de espera cirúrgica a um tempo clinicamente aceitável, desenvolvendo, sempre que necessário, programas de combate às listas de espera, através da rentabilização do funcionamento dos Blocos Operatórios, e recorrendo, quando justificado, a convenções ou contratualizações com profissionais das diversas áreas e unidades de saúde privadas;

- Reduzir as listas de espera relativas ao serviço de consulta externa;
- Definir as áreas técnicas de intervenção de cada um dos Hospitais da Região, assumindo a sua complementaridade;
- Promover a articulação entre Centros de Saúde e Hospitais;
- Promover a articulação entre o Serviço Regional de Saúde e o Serviço Nacional de Saúde, possibilitando a livre circulação, em ambos os sistemas, de todos os cidadãos, nomeadamente através do mútuo reconhecimento do Cartão de Utente;
- Criar uma Carta Regional de Equipamentos de Saúde, fundamental para a correcta gestão da capacidade instalada;
- Estabelecer mecanismos de planeamento e controlo de gestão do Sistema Regional de Saúde e assegurar melhor gestão das unidades de saúde, reavaliando o respectivo financiamento, introduzindo critérios de racionalização dos meios existentes, implementando medidas de planeamento e controlo e promovendo a gestão por objectivos, com responsabilização pelos resultados alcançados;
- Criar o Observatório da Saúde que, de forma independente, avalie o desempenho do Serviço Regional de Saúde.

Desporto

A prática desportiva tem assumido uma crescente importância na vida da sociedade moderna. Da recreação à competição, sem esquecer o associativismo, a actividade desportiva mobiliza todas as idades.

A aquisição e continuação de hábitos saudáveis de actividade física trazem resultados positivos nos índices de saúde e qualidade de vida e potencia os valores da convivência, da integração social e da tolerância.

A escola continua a ser o espaço privilegiado para a iniciação da prática desportiva e a aprendizagem da ética e dos valores que o desporto encerra.

O Governo do PSD vai:

- Garantir que as políticas da saúde e do desporto harmonizam programas destinados à promoção da actividade física da população;
- Promover o programa “Desporto para Todos”, incentivando a prática desportiva pelos cidadãos;
- Fazer uma aposta clara e inequívoca no Desporto Escolar;
- Primar e garantir as condições necessárias para a efectiva prática do Desporto Adaptado, por parte das pessoas portadoras de deficiência, em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Escolas;
- Proceder à fixação de princípios gerais da formação desportiva e realizar uma forte aposta na formação de recursos humanos afectos ao desporto;
- Promover a formação de dirigentes desportivos e de especialistas em medicina desportiva;
- Aprovar o Estatuto do Dirigente Desportivo Voluntário;
- Criar um programa operativo específico na área do turismo, que considere e promova as provas de automobilismo de alta competição, os torneios de golfe e os desportos náuticos, como modalidades com contributo positivo na diversificação da oferta de produtos turísticos específicos;
- Proceder à requalificação dos espaços destinados à prática desportiva e à valorização do parque desportivo escolar;
- Desenvolver uma política integrada de gestão e manutenção das infra-estruturas desportivas em estreita articulação com as Autarquias Locais;
- Reformular o sistema de ajudas públicas à participação em provas desportivas inter-regionais ou nacionais, orientado por critérios de boa gestão dos dinheiros públicos e visando a optimização dos resultados sociais, na base do princípio da continuidade territorial.

Proteger o Ambiente

Entendemos a política de ambiente numa perspectiva global e integrada de desenvolvimento.

Vamos apostar na integração paisagista. A paisagem será uma aliada e não um entrave ao desenvolvimento. Incentivaremos uma construção “transparente”, que se confunda com a atmosfera circundante.

A evolução sustentável pressupõe a utilização criteriosa dos recursos naturais, o respeito pela fragilidade dos ecossistemas protegidos e a manutenção da biodiversidade.

Ora, os recursos hídricos continuam com graves problemas de qualidade e as causas da eutrofização das lagoas ainda não foram combatidas na fonte.

Não existe um plano de redução de resíduos. Persistem práticas de deposição incontrolada e ilegal de resíduos, mesmo os perigosos, em vazadouros clandestinos.

Não existe uma estratégia regional de energia que contemple, a par da utilização de fontes renováveis, a implementação de medidas de eficiência energética.

O Governo do PSD vai:

- Considerar a eutrofização como um grave problema de qualidade dos recursos hídricos e solicitar auxílio especial ao Governo da República e à União

Europeia para a sua resolução;

- Proceder à rigorosa monitorização das disponibilidades hídricas e da respectiva qualidade;
- Ampliar a rede regional de ETAR's;
- Aplicar e fazer cumprir o Plano Regional da Água;
- Planear a ocupação do solo, nomeadamente a orla costeira e zonas ecologicamente sensíveis, protegendo-as da ocupação excessiva de actividades agro-pecuárias, industriais, turísticas e imobiliárias;
- Criar um Plano Regional de Redução de Resíduos;
- Reforçar o contributo das energias renováveis na produção eléctrica e fomentar o uso da energia solar no aquecimento de águas domésticas e em equipamentos colectivos;
- Valorizar e proteger a orla marítima, designadamente as zonas balneares e de acesso privilegiado ao mar;
- Promover programas de requalificação urbana e paisagística e criar espaços verdes nos aglomerados populacionais;
- Desencadear acções de desobstrução e limpeza dos leitos das ribeiras e protecção das suas margens;
- Promover a educação ambiental dos cidadãos.

Também aqui, o papel da sociedade civil é, para nós, de primordial importância. Neste contexto, será incentivado o permanente envolvimento das associações ambientalistas existentes na Região.

Acção Social

As crianças, os idosos e os cidadãos portadores de deficiência não estão a ter a atenção devida. Há crianças entregues a si próprias. Há idosos abandonados à solidão. Há cidadãos portadores de deficiência submetidos ao seu difícil destino. Não existe uma Política de Família.

A rede de creches é insuficiente. Há listas de espera significativas. Há recursos humanos qualificados que não encontram emprego.

Também na Educação pré-escolar há listas de espera significativas, sobretudo na rede privada.

O apoio, no domicílio, a idosos é insuficiente e não tem carácter diário. Os lares estão sobrelotados e há listas de espera consideráveis. Os que necessitam de cuidados continuados quase não encontram resposta. Muitos vivem com pensões baixíssimas, confrontando-se com sérias dificuldades na aquisição de medicamentos e no acesso à prestação de cuidados de saúde.

As pessoas portadoras de deficiência detêm, geralmente, baixos níveis de escolaridade, fraca formação profissional, dificuldade de acesso ao mercado de emprego, sendo notória a sua forte dependência da família.

Atribuímos primordial importância ao contributo da família, em particular, e da sociedade civil em geral, para contrariar esta situação. Valorizamos o papel das instituições de Solidariedade Social e do Poder Local. Não os queremos sujeitos a injustificadas ingerências de natureza política.

O Governo do PSD vai:

- Definir meios e formas eficazes para conseguir que as várias medidas, programas e acções das áreas da política de protecção social, surjam como resposta operativa e complemento à Política de Família;
- Promover a conciliação das responsabilidades familiares e profissionais;
- Generalizar, ao nível da Administração Regional, o regime de horário de trabalho flexível com o objectivo de reforçar a conciliação da vida familiar e estimular o sector privado a assumir idêntica atitude;
- Melhorar as condições de apoio logístico aos familiares que acompanham, nas suas residências, doentes crónicos ou pessoas portadoras de deficiência e fomentar o voluntariado social no apoio às famílias que tenham ao seu cuidado doentes terminais;
- Reconhecer o valor económico do trabalho doméstico, da função educativa e da prestação de cuidados a idosos ou a pessoas portadoras de deficiência;
- Combater a exclusão e a solidão dos mais idosos, incentivando e apoiando as famílias que privilegiem a prestação de cuidados e a manutenção dos idosos em casa;
- Apoiar iniciativas e projectos de âmbito local que desenvolvam actividades e prestem serviços de apoio a pessoas idosas, incluindo o apoio domiciliário, acompanhamento e actividades de lazer;
- Apoiar a formação de recursos humanos em cuidados de geriatria para prestação ao domicílio de ajuda e formação a familiares de idosos;
- Implementar um enquadramento legislativo que oriente, de forma efectiva, clara e transparente, a relação entre a Administração Regional e as IPSS;
- Apoiar a criação de um número significativo de creches, de forma a eliminar as listas de espera existentes. Criar novas oportunidades de emprego para jovens qualificados;
- Alargar a rede de educação pré-escolar e assegurar condições de funcionamento na rede pública que satisfaçam as necessidades dos pais trabalhadores. Criar novas oportunidades de emprego para jovens qualificados;
- Aumentar substancialmente a capacidade de resposta dos equipamentos

destinados a idosos e melhorar recursos materiais e sobretudo humanos, nomeadamente no âmbito da prestação de cuidados continuados. Criar estruturas de internamento temporário. Estender a cobertura às freguesias rurais. Criar novas oportunidades de emprego para jovens qualificados;

- Apoiar os reformados e os cidadãos portadores de deficiência, com pensões inferiores ao salário mínimo regional, nos custos da aquisição de medicamentos e prestações de serviços de saúde, em 100% dos seus custos, num valor máximo de 100 euros mensais;
- Criar um Serviço de Apoio aos Imigrantes, tendo como principal incumbência a promoção da igualdade de oportunidades.

O Governo do PSD fará uma clara opção pela inclusão da classe média nas políticas de acção social.

Intervenção Social

A pobreza tem aumentado nos Açores. Há novos pobres. Alargam-se as “bolsas de pobreza”. O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção é prova desta dura realidade.

A centralidade das questões sociais é, para o PSD, uma questão de convicção. Entendemos que situações excepcionais requerem atitudes excepcionais. Perante uma realidade que a todos envergonha, não ficaremos de braços cruzados.

Não ignoramos que a resolução estrutural dos problemas sociais depende do crescimento da economia. Mas é para nós um imperativo ético de solidariedade adoptar medidas imediatas, orientadas pela preocupação de minorar as dificuldades que afectam os mais pobres.

Não nos ficaremos pelas consequências. Enfrentaremos as causas.

A luta contra a pobreza e a exclusão social faz-se pela coordenação e integração eficaz das diferentes políticas, em domínios como a educação, o emprego, a saúde e a habitação.

A criação de emprego é a melhor solução e o instrumento mais adequado na luta contra a pobreza e a exclusão social.

O Governo do PSD vai:

- Apoiar acções de voluntariado social que visem o apoio a famílias fragilizadas;
- Criar Centros de Apoio, Aconselhamento e Acolhimento para famílias em risco de exclusão social;
- Criar Centros de Apoio e Aconselhamento para famílias em cujos agregados familiares existam situações de insucesso escolar, toxicod dependência, alcoolismo, violência doméstica e pequena criminalidade;
- Dinamizar um programa de sensibilização e formação de combate a situações de maus-tratos familiares;
- Dinamizar um programa de sensibilização e criar núcleos de aconselhamento destinados a prevenir o sobreendividamento das famílias, visando o equilíbrio da economia doméstica e um consumo consciente;
- Introduzir critérios de selecção mais rigorosos e justos relativamente ao Rendimento Social de Inserção, promovendo maior proximidade entre técnicos e beneficiários;
- Associar o benefício do Rendimento Social de Inserção à participação em acções comunitárias, condizente com a situação familiar, as condições de saúde e bem-estar e o grau de conhecimentos do beneficiário;
- Constituir equipas multidisciplinares, reforçar a capacidade dos equipamentos colectivos e mobilizar e articular, de facto, todas as capacidades disponíveis, do emprego à habitação, da educação à saúde, no âmbito da intervenção social junto das “bolsas de pobreza”.

Combate às Dependências

As dependências da droga e do álcool são graves problema da sociedade. Atingem pessoas, famílias e instituições. Causam instabilidade e insegurança.

Não nos ficaremos pelas consequências. Enfrentaremos as causas.

O Governo do PSD vai:

- Proceder ao levantamento da situação das dependências em todas as ilhas, de modo a conhecer a real dimensão do problema;
- Investir fortemente na prevenção primária das dependências nas escolas;
- Criar um Centro Regional de Combate às Toxicod dependências;
- Criar Centros de Adictologia, para a reabilitação;
- Implementar Centros de Apoio a Toxicod dependentes, que terão como objectivo o seu encaminhamento para os Centros de Adictologia e o posterior acompanhamento da sua reinserção social;
- Reforçar a autoridade policial no combate ao tráfico de drogas;
- Lançar um programa integrado de combate ao alcoolismo juvenil;
- Fixar uma taxa de alcoolemia de 0.3 g/l para os condutores de transportes públicos, mercadorias, veículos de socorro, emergência e transportes escolares;
- Reduzir a taxa máxima de alcoolemia de 0.5 g/l para 0.3 g/l para quem possuir carta de condução há menos de dois anos.

Mais Segurança

Muitos Açorianos sentem-se inseguros, em casa, no local de trabalho ou na rua.

O aumento da criminalidade traduz a falência das políticas sociais dos últimos anos. O desemprego tem aumentado. O combate à pobreza tem sido um fracasso. O sistema de educação tem lançado jovens para a rua sem a preparação adequada para o mundo do trabalho. O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção tem aumentado em vez de diminuir. Não existe uma política de combate às dependências.

As forças policiais não têm sido reforçadas, nem em meios nem em pessoal, para acompanhar o aumento da criminalidade e da insegurança.

A Região não se pode demitir da responsabilidade que lhe cabe nesta matéria.

O Governo do PSD vai:

- Assegurar, junto do Governo da República, o reforço de meios e recursos para as forças de segurança nos Açores, através de um projecto de interesse comum, ao abrigo da Lei de Finanças das Regiões Autónomas;
- Promover a regionalização da coordenação das forças de segurança pública nos Açores, assegurando-se o reconhecimento de que o Governo Regional tem o poder de orientar as acções no domínio da ordem pública;
- Apoiar a criação de corpos de polícia municipal nos concelhos da Região que o solicitem;
- Propor a urgente alteração aos Códigos Penal e de Processo Penal, de forma a devolver prestígio e autoridade aos agentes de segurança e à polícia criminal;
- Criar um Conselho Consultivo de Segurança Pública para monitorizar e escrutinar a cooperação entre as entidades locais, regionais e nacionais que actuam em matéria de segurança pública nos Açores.

O Governo do PSD avançará com todas estas medidas de apoio à segurança dos cidadãos, sempre consciente de que o combate à criminalidade e à insegurança é feito, essencialmente, através da efectiva redução da pobreza, da preparação dos jovens para o mundo do trabalho e da criação de emprego.

Cultura

Cultura é a expressão criativa de um povo, é um acto de livre adesão a uma herança que nos obriga à protecção do passado no futuro. É fundamento da Autonomia.

A nossa identidade cultural reflecte o modo como vivenciamos a ética, a religião, a estética, a tradição, a tolerância e a solidariedade, que entre nós assume um significado de relevo.

O desenvolvimento cultural nos Açores deverá enquadrar três grandes áreas de actuação: a criação cultural, o património e os equipamentos.

Hoje, nos Açores, há uma clara polarização entre a cultura de regime, subsidiada pelo Governo, e a que está fora do seu âmbito de intervenção. Importa criar bases sólidas para a produção cultural independente que subsista pela qualidade. Este é um dos principais desafios no quadro geral de uma política de cultura renovada e autêntica.

O Governo do PSD vai:

- Criar um Centro de Artes, de natureza multipolar, em parceria com entidades nacionais de renome, fundamental para a formação integrada de novos talentos nas artes plásticas, que apresentarão anualmente à comunidade uma exposição colectiva dos seus trabalhos. Assegurar a realização, descentralizada, de uma Bienal Açoriana de Arte;
- Criar um Prémio Regional para trabalhos de ficção e de ensaio;
- Encetar esforços junto dos agentes de cultura para uma edição crítica de uma biblioteca açoriana, contendo os principais vultos das nossas letras;
- Definir um programa de promoção do livro e dos hábitos de leitura estabelecendo uma rede pública de leitura;
- Instalar uma Companhia Regional de Dança e Expressão Dramática, de natureza multipolar, que sirva também de “ninho” aos jovens com ambições profissionais em carreiras conexas com aqueles domínios artísticos;
- Criar condições para a dinamização de grupos de teatro amador;
- Proceder à definição de critérios para reforço de apoios às bandas filarmónicas, na aquisição de instrumentos e fardamentos, em acções de intercâmbio ou na edição de registos discográficos;
- Encomendar a produção de partituras originais de música para órgãos de tubos ou para filarmónicas, ou ainda de peças de teatro;
- Definir o Estatuto dos Agentes e Criadores Culturais e fomentar a formação de recursos humanos. Visar a criação de mais oportunidades de emprego;
- Criar um programa de sensibilização para a arquitectura dos Açores e sua preservação, que passará, nomeadamente, pelos “media” e pelas escolas;
- Apoiar a reabilitação dos Centros Históricos das Vilas e Cidades do Arquipélago, bem como de zonas de especial relevância cultural. Transferir

competências e meios financeiros para as Autarquias Locais que irão assumir novas responsabilidades neste domínio;

- Fomentar o mecenato cultural, garantindo maior visibilidade e reconhecimento públicos aos actos praticados pelos mecenas culturais;
- Proceder à fixação e regulamentação dos critérios utilizados na afectação de recursos financeiros públicos ao apoio à actividade cultural, definindo modelos de financiamento assentes na figura de contrato-programa, para co-responsabilização de criadores e agentes culturais e entidades apoiantes;
- Promover, no exterior, eventos culturais de reconhecida qualidade realizados nos Açores;
- Colocar a Região na agenda cultural nacional, promovendo uma candidatura dos Açores a Capital Nacional da Cultura já em 2010.

CONTRARIAR A DESERTIFICAÇÃO

Em pelo menos sete ilhas dos Açores, o risco de desertificação é evidente. A coesão territorial está em acelerado processo de degradação. Há cada vez idosos mais sós, menos jovens a residir, menos crianças a nascer.

Economias débeis, falta de emprego e a consequente descrença muito têm contribuído para o aumento deste fenómeno. A actual política de coesão falhou.

Entrou-se num ciclo vicioso. Por falta de população, as empresas enfrentam enormes dificuldades e, por isso, não geram emprego, essencial para fixar a população.

Juntando o custo de vida mais elevado, dificuldades acrescidas a cuidados de saúde, problemas com as acessibilidades e todos os outros constrangimentos decorrentes do afastamento, fácil é concluir que são necessárias políticas muito específicas, direccionadas para as necessidades intrínsecas de cada ilha

Vamos alterar o rumo. Para estancar a “sangria” populacional não basta anunciar milhões de euros destinados às chamadas “ilhas da coesão”, que não chegam sequer a ser aplicados.

Vamos tomar medidas ajustadas às especificidades de cada ilha. O “Plano Integrado de Desenvolvimento”, a elaborar ilha a ilha, é o instrumento adequado para o fazer. Para o elaborar e executar será constituída uma equipa de projecto formada por técnicos conhecedores da realidade da ilha a que se destina, dirigida por uma personalidade de reconhecida competência.

A coesão não se faz por decreto. Faz-se com políticas sérias e medidas eficazes que promovam o desenvolvimento.

Neste contexto, o Governo do PSD vai:

- Aproveitar todas, mas todas, as potencialidades identificadas, nomeadamente na agricultura, nas pescas e no turismo;
 - Ajustar os mecanismos de apoio ao investimento/emprego;
 - Apostar no auto-emprego;
 - Reforçar a participação no mercado interno e externo;
 - Promover o turismo interno;
 - Envolver as Autarquias na execução de projectos estruturantes e promotores de desenvolvimento;
 - Assegurar maior eficácia e menor custo ao transporte de passageiros e carga;
 - Adequar os horários da SATA;
 - Dar fiabilidade ao transporte marítimo de passageiros;
 - Reforçar o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação;
 - Identificar as necessidades de formação profissional;
 - Apoiar os jovens, no seu regresso, após o período de formação;
 - Melhorar o acesso aos cuidados hospitalares;
 - Apoiar o arrendamento, a construção ou a aquisição de habitação para casais jovens;
 - Reforçar o apoio à natalidade, através de benefícios fiscais e de condições especialmente favoráveis na frequência de creches, no preço de refeições em cantinas escolares, livros e material didáctico.
- Só com estas medidas e um discurso motivador e realista, é possível alterar o actual estado de coisas e fazer dos Açores um região coesa, onde cada um se possa realizar, independentemente da ilha onde resida.

O sucesso da Autonomia passa por aqui.

ANEXO

**Sempre pela nossa TERRA...
Sempre pela JUVENTUDE...
Sempre pelos AÇORES...**

CREMOS E PODEMOS

• EDUCAÇÃO/ENSINO

A Educação e a Formação dos Jovens Açorianos são factores fundamentais para o desenvolvimento dos Açores.

Por isso defendemos:

- A O Aconselhamento nas escolas a todos os alunos antes de avançarem nos estudos, de modo a descobrirem a sua verdadeira vocação e ajudá-los a orientar o seu futuro escolar;
- A A introdução de novos conteúdos curriculares, criando e/ou aprofundando disciplinas como a História, a Geografia e a Cultura dos Açores;
- A A redução do número de alunos por turma, permitindo um ensino mais individualizado;
- A O reforço da segurança nas escolas;
- A A rentabilização das instalações desportivas escolares, fomentando o desporto para todos;
- A Divulgação da educação sexual como conteúdo curricular obrigatório a partir do 2º Ciclo do ensino básico;
- A O reforço da acção social escolar de forma a combater as desigualdades sociais;

A Que sejam facultados à Universidade dos Açores – pilar fundamental para o desenvolvimento dos Açores – os meios necessários ao prosseguimento do seu importante desempenho na investigação científica e na preparação e valorização dos nossos recursos humanos, implementando a abertura de novas áreas de formação com verdadeira orientação profissional;

• NOVAS TECNOLOGIAS

Torna-se necessário reforçar o investimento na formação de recursos humanos na área das tecnologias de informação como importante contributo para a competitividade e criação de emprego combatendo, assim, a info-exclusão.

Por isso defendemos:

- A Uma maior divulgação dos cursos tecnológicos/profissionais na Região;
- A A abertura de novos cursos tecnológicos/profissionais nas mais diversas áreas de formação;
- A A promoção de uma exposição/concurso anual de novos projectos inovadores entre todas as escolas profissionais do Arquipélago;
- A O incentivo aos jovens na criação de empresas que tenham como base a utilização de novas tecnologias;
- A O incentivo à difusão do “e-learning” na Região, possibilitando o acesso a determinados conteúdos formativos em várias das nossas ilhas, ultrapassando-se assim a barreira da descontinuidade territorial;
- A A instalação de postos/clubes de informática com acesso à Internet em cada uma das freguesias dos Açores.

• TOXICODPENDENCIAS

A Observação e Estudo. Desenvolvimento de um “observatório” que realize um estudo aprofundado sobre as várias situações existentes nos Açores para que, conseqüentemente, se possa aplicar a melhor estratégia para a redução destes no arquipélago. A realização de um estudo e/ou inquérito dirigido às populações juvenis e aos meios Escolares dos Açores sobre o consumo de drogas e bebidas alcoólicas, sendo este claramente um passo importante para o real conhecimento da sua abrangência e de alerta para o problema. Urge começar por aqui!

A Prevenção Primária às toxicodpendências. Defendemos a introdução de conteúdos curriculares em disciplinas já existentes, onde abrangem matérias relacionadas com a prevenção das toxicodpendências, nas escolas dos Açores.

A Centros de Adictologia. Criação de centros de Adictologia onde seja possível fazer a reabilitação de jovens toxicodependentes que também funcionarão como centros de prevenção secundária.

A Implementação de centros de apoio a Toxicodependentes (CAT). Onde não existem, é importante criar em todos os concelhos dos Açores os Centros de Apoio aos Toxicodependentes para que estes tenham como objectivo enviar os doentes para os centros de Adictologia e receber os mesmos após o seu tratamento. Estes Centros de Apoio também podem e devem criar os mecanismos necessários para uma boa reinserção social do toxicodependente.

A Reforço da autoridade policial, para um combate eficaz aos traficantes, que muitas vezes se passeiam impunemente junto de escolas e locais de concentração de juventude;

• DESERTIFICAÇÃO DAS NOSSAS ILHAS/ CONCELHOS

É preciso incentivar a fixação de jovens nas nossas ilhas mais pequenas e em alguns concelhos de São Miguel e freguesias da Terceira, facultando-lhes condições para nelas constituírem as suas famílias, nelas permanecendo com a qualidade e o nível de vida desejados.

Tal passa pela aplicação de políticas adequadas ao aumento da natalidade. Estas deverão traduzir-se na atribuição de incentivos ao nascimento de filhos e não devem depender das condições financeiras dos progenitores,

mas também:

A Pela aplicação da taxa reduzida do IVA em todos os produtos para bebés e crianças. Por creches gratuitas. Pela diminuição do preço das refeições nas cantinas escolares e redução dos custos de livros e material didáctico;

A Por uma aposta nos Transportes. Bons e regulares transportes aéreos e marítimos de passageiros são fundamentais à fixação dos jovens nas nossas ilhas e ao nosso desenvolvimento. Transportes que fomentam uma rápida e constante ligação entre as populações e dinamizem o comércio entre elas e o exterior. As ligações aéreas entre as ilhas dos Açores e o continente devem ter o alcance de prestação de serviço público;

A Pela aplicação de medidas que fomentem o arrendamento, a construção e a aquisição de habitação própria permanente para casais jovens e a criação de incentivos e benefícios fiscais à constituição e à fixação de pequenas e médias empresas nos mais diversos ramos de actividade;

A Pela discriminação positiva, com apoio jurídico, técnico e financeiro, aos jovens dos Açores, que queiram investir nas suas ilhas;

A Pela criação de um gabinete que dê apoio e acompanhe todos os jovens que saem das ilhas para estudar, indicando-lhes as áreas com mais saída, e ajudá-los dessa forma a fixarem-se na sua terra de origem. Conhecer a real necessidade de cada ilha dos Açores;

A Pela criação de zonas de lazer dirigidas para a juventude em cada concelho dos Açores, nomeadamente, campos de street basket, circuitos de bicicleta, jogos colectivos, ténis de mesa, futebol de praia, entre outros;

A Pela introdução do Cheque Pré-Escolar tendo em conta os rendimentos familiares e o número de filhos do agregado, depositando nas famílias a liberdade de opção relativa à escolha da instituição. Esta medida promoveria o aumento da qualidade da rede pré-escolar;

• AUTONOMIA

Extinção do cargo de Representante da República

Temos defendido a extinção deste cargo. Não faz sentido que Portugal, que considera as Regiões Autónomas como parte integrante do seu território, necessite de nelas ter um representante da sua soberania.

Menos sentido faz a existência de um Representante da República quando os poderes que lhe estão conferidos são os de nomear o Presidente do Governo Regional de acordo com os resultados eleitorais, de nomear e exonerar os Secretários Regionais sob proposta do Presidente do Governo Regional e os de assinar e mandar publicar os decretos regionais quando o Tribunal Constitucional não se pronuncie pela sua inconstitucionalidade.

Os poderes que constitucionalmente são atribuídos ao Representante da República para os Açores seriam desempenhados pelo Órgão de Soberania Nacional por excelência, o senhor Presidente da República.

Círculo eleitoral ao Parlamento Europeu pelos Açores
Pelas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais, as Regiões

Autónomas dos Açores e da Madeira, devem constituir círculos eleitorais próprios, à semelhança dos círculos eleitorais já consagrados para as eleições à Assembleia da República.

• DESEMPREGO

A Necessidade de mão-de-obra especializada do mercado

Realização de estudos que avaliem as reais necessidades de mão-de-obra nos Açores e criação de incentivos para quem decida estudar nessas áreas;

A Formação Profissional

Desenvolver Acções de Formação, aproveitando o Quadro de Referência Estratégica dos Açores (QRESA), essencialmente para jovens desempregados e em áreas onde existam necessidades no mercado de trabalho para que estes rentabilizem e ponham em prática a formação adquirida;

A Projecto “A minha 1.ª Empresa”

Criar um “Manual” para fornecer aos jovens com a legislação, apoios/incentivos, obrigações... para que estes criem o seu próprio emprego;

A Criação de “Incubadoras de empresas”

Criar as condições, nas diversas ilhas e concelhos, para que surjam “Incubadoras de empresas” que as ajudem (com assessoria empresarial, contabilística e jurídica) a sobreviver e crescer na primeira fase de desenvolvimento das mesmas;

Estas incubadoras têm como objectivo albergar empresas inovadoras, frutos de projectos também eles inovadores e permitem que, com uma entreejada no pagamento dos custos fixos (electricidade, água, telefone, Internet...) se crie um ambiente onde essas empresas seleccionadas terão um maior potencial de crescimento.

• HABITAÇÃO

A Projecto “A minha 1ª Casa”

Criar um manual que possua todos os mecanismos que existem para a aquisição de uma habitação tendo como informação primária a apresentação dos apoios que a região disponibiliza, mas também uma explicação de todos os processos desde o crédito bancário até ao desenvolvimento planificado para a construção de uma habitação própria;

A Valor do Imobiliário e Crédito Bancário

Desenvolvimento de linhas mestras para que os preços em algumas ilhas não sejam semelhantes às grandes cidades. Criar uma linha de crédito, em conjunto com uma instituição bancária – e com juros abaixo dos praticados no mercado;

A Apoios para aquisição ou construção de uma habitação

Alterar a legislação de apoio na aquisição de habitação, uma vez que a actual está obsoleta. Alterações na estratégia do desenvolvimento das moradias a custos controlados, de forma a não transformar o conjunto dessas mesmas habitações em bairros sociais.

Para tal devem existir grupos de Técnicos (Assistentes Sociais ou Psicólogos, por exemplo) que desenvolvam actividades e fiscalizem a devida atribuição das ajudas;

A Habitação degradada

Desenvolver, através de parcerias com as Câmaras Municipais, uma estratégia para reconstruir habitações abandonadas nos centros urbanos;

• MOBILIDADE

Viagens Inter-ilhas mais baratas

Reduzir o preço das tarifas da SATA (e das taxas associadas) nos voos Inter-ilhas para os jovens, de forma a possibilitar a estes uma maior mobilidade e conhecimento da realidade das outras ilhas;

Criar também uma tarifa UNI-Especial para os jovens Açorianos que decidam prosseguir estudos na Universidade dos Açores;

Pousadas de Juventude

Realização dos projectos e construção das Pousadas de Juventude nas ilhas que ainda não as possuem para que os jovens que desejam conhecer as outras ilhas tenham um local confortável, seguro e a preços acessíveis.



ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes do PSD da Secção de Esposende para reunirem em Plenário no próximo dia **25 de Julho de 2008**, (sexta-feira) pelas **21 horas**, no Hotel Suave Mar, em Esposende, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política e partidária;

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Oeiras, para reunir no próximo dia **25 de Setembro de 2008**, (Quinta-feira) pelas **18h00**, na sede, Largo do Avião Lusitânia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas de candidatos deverão ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua, encontrando-se a sede aberta para o efeito.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

VILA DE REI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vila de Rei, para reunir no próximo dia **28 de Setembro de 2008**, (domingo) pelas **10h00**, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. - Ponto único: - Eleição da Mesa da Assembleia e Comissão Política de Secção.

Nota: As listas de candidatos deverão ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção à Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente a substitua.

As urnas estarão abertas das 10h00 às 12h00.



ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais da JSD, convoco o Plenário dos Militantes da Secção de Albergaria-a-Velha da JSD, para reunir ordinariamente no próximo dia 1 de Agosto de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD, sita na Rua Padre Matos, Edifício Amazonas, entrada 4, R/c Esq. A/B, na Vila de Albergaria-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política Concelhia, Distrital e Nacional;

2 – Indicação de Militantes, para Militantes Honorários;

3 – Outros Assuntos de Interesse.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção

(Hugo Rafael Soares)

CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Castro Daire, para uma reunião a realizar no próximo dia 5 de Setembro de 2008 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD de Castro Daire, sita na Rua General Humberto Delgado, n.º 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleições dos Órgãos da Secção de Castro Daire.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Plenário, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia da JSD de Castro Daire.

O Presidente da Mesa do Plenário

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção da JSD da Figueira da Foz para reunião a realizar no próximo dia 23 de Agosto de 2008, das 14 horas às 18 horas, na Sede do PSD da Figueira da Foz, sita na Rua da Liberdade, n.º 6, Figueira da Foz, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único:

Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD da Figueira da Foz.

Notas:

As candidaturas deverão ser entregues nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede do PSD da Figueira da Foz até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do começo dos trabalhos.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital

(Filipe Carraco dos Reis)